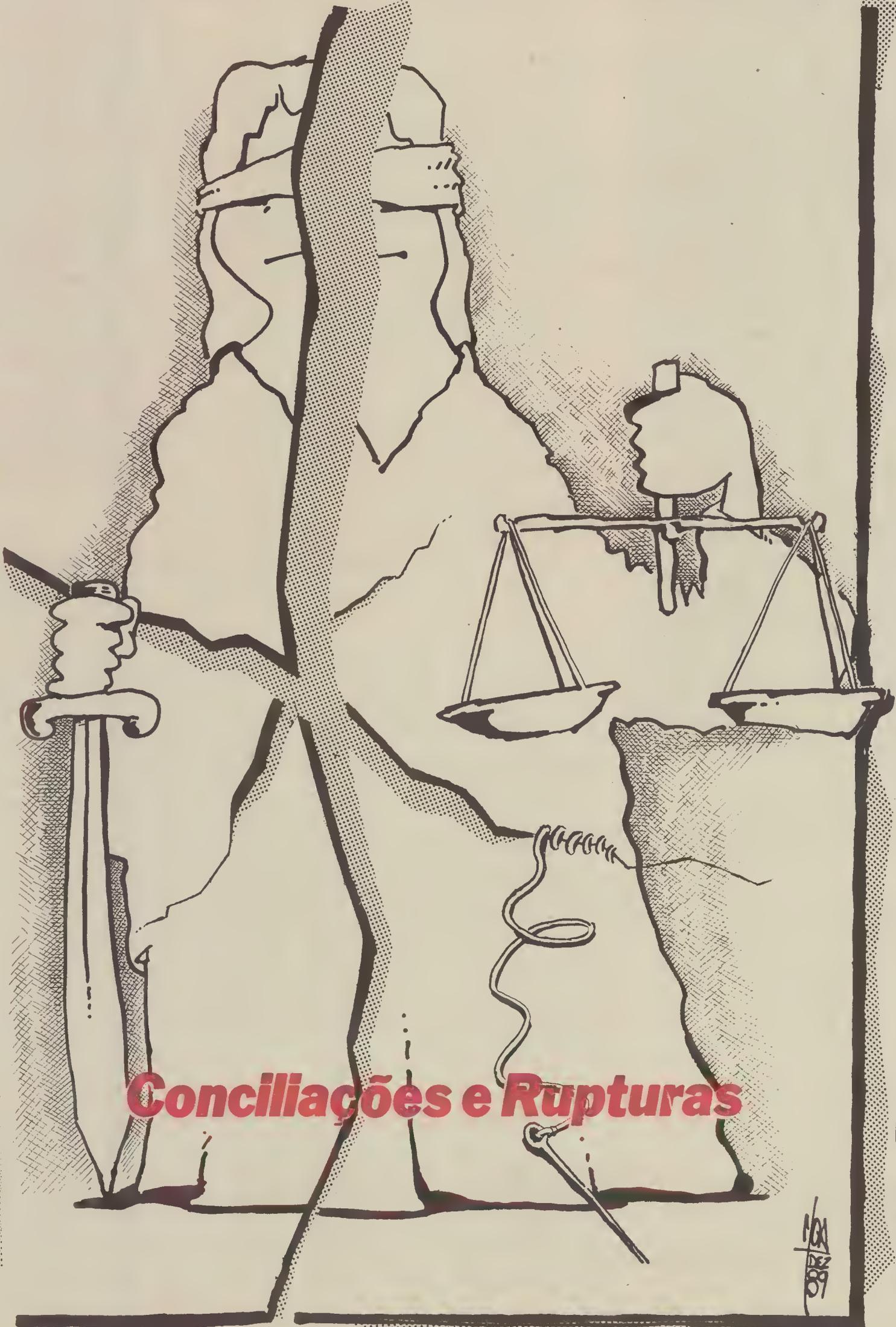


UNIVERSIDADE

ESTADO



Conciliações e Rupturas

ENCARTE:

O
triunfo do
contra-
senso

MARÇO
1990

EDITORIAL

O patamar atingido pela crise brasileira, especialmente no campo econômico-financeiro, está definindo a atual conjuntura, destacando-se o violento processo inflacionário que massacra assalariados e outros segmentos da cidade e do campo. Seja qual for a periodicidade dos pagamentos e o indexador adotado para corrigir o valor dos salários, os trabalhadores são os grandes prejudicados com a persistência e o agravamento do processo inflacionário.

A interligação entre o pacote de medidas que Collor pretende baixar, imediatamente após sua posse, e o processo de eleição de deputados e senadores é outro fator que deve ser devidamente ponderado. No Congresso Nacional serão definidas importantes matérias de interesse dos setores democráticos e populares, como Lei de Diretrizes e Bases, Organização Sindical, Regime Jurídico Único, Diretrizes de Planos de Carreira, etc.

Cabe ao Movimento Docente a responsabilidade de lutar pela preservação e ampliação de conquistas que estarão seriamente ameaçadas pelas políticas neo-liberais do novo Governo. Segundo o jornalista Walfredo de Freitas Filho, a reforma econômica de Collor vai inverter o critério de recursos à educação: 80% do orçamento será destinado ao 1º e 2º graus e apenas 20% ao ensino superior.

O MD da UFRGS, que não tem demonstrado coesão suficiente nas lutas para alcançar os seus objetivos, deve intensificar sua ação, participando efetivamente nos debates sobre Estatuinte, Sindicalização, Campanha Salarial, Verbas para a Educação, Regime Jurídico Único, Diretrizes de Planos de Carreira, etc.

EXPEDIENTE

ADVERSO - Jornal da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ADUFRGS. Sede: Av. João Pessoa, 409, 3º andar - Telefone: (0512) 26.2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-presidente: Leda Carmem Wulff Gobetti
2º Vice-presidente: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1º Secretária: Ana Maria e Souza Braga
2º Secretária: Maria Adélia Pinhal de Carlos
1º Tesoureiro: Tiago J. Martins Simões
2º Tesoureiro: Ronaldo Bordin
1º Suplente: Fernando Molinos Pires Filho
2º Suplente: Mário Generosi Brauner

ADVERSO

COMISSÃO EDITORIAL
Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
Mário Sérgio Vaz Cabeda
Eloina Prati dos Santos
Raul Dorfman
Fernando Molinos Pires Filho
Ana Maria Braga

Redação e Edição:
Raquel Ritter Longhi - Reg. n.º 5922/23/32 RS
Estagiário: Carlos José Betolazzi
Diagramação: Mariceia Benetti e Neusa Garcez
Ilustrações: Vit Nuñez
Charge: Schröder
Capa: Moa

OPINIÃO I

O EXEMPLO DOS MENINOS DE RUA

FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO —

Professor Titular da Faculdade de Odontologia/UFRGS e membro da Diretoria da ADUFRGS.

Desalienada, consciente, crítica e transformadora é aquela comunidade que frente a fatos sociais que guardam relação com sua vida, reflete comunitariamente.

Pensar "para fora" ou "refletir comunitariamente" é pensar a "verdade" que, explícita ou implicitamente, conduz as ações dos homens numa dada direção, comprometendo seu fazer coletivo com a construção de uma particular realidade.

"Pensar junto" é se testar. E, ao mesmo tempo, provocar os outros a se testarem em suas convicções. É mais do que isso. É testar essa "verdade" tida como "a verdade". E testar a verdade dominante.

Quem realmente busca aproximação a "verdade verdadeira", só pode encontrá-la no exercício do "pensar junto", pois só o "pensar coletivo" é capaz de estabelecer o confronto das verdades entendidas e expressas pelos outros.

A verdade de si, de um, tomada ou exigida como vontade de todos, não pode ser a "verdadeira verdade", porque é fruto do autoritarismo, do absolutismo, de processos de construção de pensar não democráticos.

Assim, a verdade "verdadeira", tomada não como absoluto, eterno, definitivo, mas como um "fugaz momento de acontecer da realidade", só pode ser alcançada e construída nessa dinâmica permanente de confronto de verdades. E para que haja confronto é preciso que se criem condições para que as pessoas, os "atores sociais" se exponham, expressem seu entendimento sobre o mundo e os fatos que o conformam.

Se isto não acontece, estabelece-se o domínio da verdade dominante. E nem sempre, em particular em nossa sociedade, a verdade dominante é a verdadeira verdade.

A possibilidade de aproximar-nos dela implica em contestá-la com "verdades" aparentemente não verdadeiras.

Pois foi justamente isso que fizeram os "meninos de rua".

Por mais incrível que possa parecer, os "pivetes", os "menores abandonados", os "moleques", o exército de pequenas crianças pobres que perambulam pelas nossas ruas, organizadamente invadiram, literalmente, invadiram e se apossaram do Congresso Nacional. Usando do plenário, das galerias e, mais incrivelmente da tribuna, expressaram sua verdade para aqueles que, em nosso nome, decidem sobre a possibilidade de nossas vidas.

A retratação desse fato nos jornais e na TV, nos fez pensar em outros "meninos", menos pobres e mais crescidos, mais educados, que alcançaram a Universidade, nela estão ou por ela passaram e a ela voltaram e, alguns, nela permanecem e a fazem.

Pensamos neles todos e na atitude que tomam quando fatos que podem condicionar suas vidas, seu trabalho e a consequência do seu fazer, acontecem.

Pensamos como podem se manter calados, desmobilizados, mudos. Seguramente não cegos, simplesmente mudos, quando por exemplo, como hoje, dois fatos relacionados a seu trabalho, as suas vidas de cidadãos/educadores ocorrem. O primeiro de caráter nacional, a definição sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O segundo de caráter local, a reforma dos Estatutos da Universidade.

Pois, perante acontecimentos de tais magnitudes, a maioria dos membros dessa especial comunidade, mantem-se silenciosa. Em algumas Unidades, quando algum esforço se tenta fazer para romper com o imobilismo, ainda opta-se pelo pensar fragmentado. Pelo pensar por categoria, como se alunos, professores, funcionários não tivessem em relação a eles interesses comuns.

Frente a isso não há como deixar de se desconfiar se tal mudéz não é genética, se atesta concordância com métodos autoritários, se é provocada por subserviência, ou simplesmente não é contestada por falta de um exemplo.

Se a resposta estiver nesta última alternativa ou por ela também passar, não há como deixar de tomar-se como referência o "exemplo dos meninos de rua".

Fazer como eles, se assumir, se expressar, com independência e coletivamente, é preciso.

A verdade de nossas vidas, inclusive a de trabalho, é uma construção coletiva.

Tornar-se um operário dela é o mínimo que se pode esperar de educadores.

A segunda questão é participar efetivamente das decisões. Mas, esse exemplo os meninos não nos deram.

Pensando um pouquinho melhor, esperar por isso já era pedir demais, afinal são só crianças pobres, abandonadas, simples "meninos de rua".

OPINIÃO II

O Salão de Atos é nosso

STELLA BERTASO ANDREATTA

- Professora Adjunta Depto. de Ciências Sociais/UFRGS.

Como subsídio, apresentamos os resultados parciais da pesquisa: "O QUE PENSAM E O QUE QUEREM OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA UFRGS SOBRE O CENTRO CULTURAL", realizada em 1987/II com os alunos da graduação de 10 cursos da UFRGS.

- Os alunos da UFRGS não conhecem de uma maneira geral o que aconteceu, acontece no Centro Cultural. O grau de concordância é de 81%, sendo 9% de indecisão 10% de discordância;

- As informações sobre o Centro Cultural da UFRGS são obtidas através dos meios de comunicação: 48% concordam, 45% discordam, 6% indecisos;

- O Salão de Atos é importante para os alunos da UFRGS, mas deve estar mais próximo deles: 100% concordam;

- Os alunos da UFRGS devem ter participação em questões que afetam a comunidade universitária: 99% concordam, 1% são indecisos;

- A divulgação da programação do Centro Cultural junto à comunidade universitária é suficiente: 30% concordam, 9% indecisos, 61% discordam.

É preciso então que se reflita o que se tem, o que se quer, e que tipo de transformações se pretende no Salão de Atos.

Temos um local físico extraordinário com toda infraestrutura mas que muitas vezes, não atende às prioridades, necessidades e/ou carências da comunidade universitária da UFRGS.

Queremos uma administração mais democrática, um espaço garantido e permanente para a comunidade universitária ocupar gratuitamente. Se em 48 horas antes do evento a comunidade universitária da UFRGS não demonstrar interesse, os lugares reservados (20, 30 ou mais, dependendo do tipo de programação) serão colocados à venda para o público em geral.

Pretendemos tornar um direito, um dever e um hábito a comunidade da UFRGS participar sempre em todos os eventos realizados no Salão de Atos democraticamente, ampliando e enriquecendo a cultura universitária.

Sugerimos, e tantas outras alternativas existem, para a viabilização desta proposta: o diálogo e o debate de toda a comunidade universitária: representantes dos alunos, dos DAs, DCE, dos professores, dos funcionários com as Pró-Reitorias e principalmente a Pró-Reitoria de Extensão.

Todos nós devemos lutar para que seja dada na UFRGS em primeiro lugar, a prioridade à comunidade universitária e nos lembrarmos sempre do óbvio: o Salão de Atos é nosso.

As afinidades eletivas:

A CLASSE MÉDIA E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

ANTÔNIO CLÁUDIO NUÑEZ - Professor de Ciência Política no IFCH/UFRGS.

Na análise do posicionamento das classes médias, é importante situar um aspecto aparentemente pouco perceptível: trata-se de um segmento social que não possui um projeto político autônomo de classe a longo prazo. Definindo-se fundamentalmente pela negação - não é burguês, nem proletário - as suas decisões raramente são únicas e coerentes e costumam ser ditadas eventualmente pela conjuntura econômica, no mais das vezes pela reação individual entre os diferentes determinantes ideológicos a que são submetidos.

O imaginário pequeno-burguês constrói-se a partir de dois ângulos contraditórios: a dependência da ideologia burguesa - que, como toda a ideologia dominante, penetra os corações e as mentes dos agentes subalternos - e a constatação cotidiana da sua inferioridade - social, econômica, eventualmente intelectual. Trata-se de uma classe que é dominada e explorada pelo Grande Capital, que vive - a seu modo - o dia-a-dia da miséria, da humilhação, mas que percebe ser explorada e dominada de um modo distinto daquele do operariado.

De um lado o medo à proletarianização, a forte atração pelos padrões de vida e consumo das "classes altas", o carreirismo, o mito calvinista do "american dream" segundo o qual o estudo e o trabalho lhe abrirão as portas do paraíso, o orgulho e o preconceito face "a los de abajo". De outro lado, a dura realidade do capitalismo de monopólios (que atinge tanto ao engenheiro como ao metalúrgico): a insegurança, o desemprego, a recessão, o arrocho salarial, a inflação, a cadeira de hierarquias, que normalmente preza, posto que a coloca acima do pobre, mas que, agora, revela a sua face oculta - o servilismo ante a arrogância do patrão, do dono da empresa, enfim, do aristocrata do dinheiro.

A contrapartida dessa situação é o ziguezague político constante, o movimento pendular entre a opção conservadora e a progressista e a consequente abertura de um espaço de alianças possíveis, tanto à direita quanto à esquerda.

II

A campanha presidencial colocou ao vivo o drama e a necessidade da escolha de um projeto de sociedade. À exceção das elites tradicionais (que sabem bem o que querem), é normal que a sociedade como um todo - e dentro dela os segmentos médios - apresentem sintomas de confusão e perplexidade. A confiança que a Nação outorgou à Nova República, faz cinco anos, consumiu-se no desgoverno, no fisiologismo, na incompetência e na corrupção. A resposta da sociedade foi a desorganização e a frustração. Mas, ainda que por caminhos tortuosos, o eleitorado escolheu e enviou para o combate decisivo aquelas propostas que, de uma forma ou de outra,

traduziram o dilema brasileiro dos anos oitenta: de um lado, a transição conservadora; de outro, a possibilidade da revolução democrática.

A candidatura Collor resumiu e simbolizou os vícios genéticos da construção da ordem política e social brasileira. Consagrou o predomínio das formas de clientelismo e de mandonismo, da democracia perversa, ou seja, aquela que combina um relativo liberalismo político com um forte conteúdo autoritário, cuja principal preocupação no âmbito político é a desmobilização ativa do cidadão e no aspecto social, a perpetuação da escravidão emancipada da sociedade do capitalismo selvagem. É a arrogância das elites, do paternalismo tradicionalista, do patronato - em síntese: a contra-revolução em permanência - maquiada pelo populismo de direita para fins eleitorais. Sua vitória consistiu na construção hábil de um espaço cênico de polarização falsa: conduziu, explorando a ignorância e o medo, o eleitorado a fixar-se num determinado ponto (a caça ao marajá, o anti-sameysmo de ocasião) enquanto a realidade (a fronda reacionária que o sustenta) passava ao largo. Comédia ou tragédia, o fato real mostra que a maioria do

corpo eleitoral, ao perceber que o galinheiro andava mal, chamou a raposa para colocar a casa em ordem.

A alternativa a todo o "lixo que aí está" consiste em apostar firme na democracia. Não na falsa democracia do mandarinato, mas na construção de um espaço político e social que implique na ampliação da cidadania, que faça do assalariado, do despossuído, do não-proprietário - enfim, do deserdado - um ator político legítimo, que se preocupe com a base, e não com o topo da pirâmide; enfim, que traga à ordem constitucional e democrática horizontes e conteúdos que ultrapassem a mesquinha e o despotismo congênito da ordem burguesa periférica. Esta esperança, num dado momento, teve um nome: era o Lula, Presidente!

Diante dessa dúvida, como reagiu a classe média? Parte dela certamente permaneceu encoberta pela bruma negra do conservadorismo, pelo medo da mudança, pelo preconceito que herda da casta superior e que, combinando esperteza e ingenuidade, faz seu. Muitos insistiram, o papagaio ardendo no bolso, na louvação lógica do banqueiro, e uma vez mais tomaram a contramão da História.

Mas, pouco a pouco, cresce em todas as classes e setores de classe dominados, a percepção de que o Rei está nú, que o sempre malsinado "radicalismo" da esquerda não é um mal, mas o seu maior mérito, pois significa atacar o vírus na sua raiz, ter a humildade e a dignidade de gritar forte que a Nação necessita de uma nova forma de Democracia e de um novo tipo de República; que ela pode e deve transformar em ato aquela utopia que está no coração de muitos.

É impossível prever a reação da pequena burguesia diante dos tempos cinzentos da era collorida que se inicia; mas, o agravamento da crise e as ásperas medidas para o seu controle (uma vez mais caberá ao assalariado pagar a conta) possibilitará que parte do seu setor moderno, ao menos, seja atraído pelo pólo proletário organizado (a votação do Lula no segundo turno prova isto). Mas, a materialização de tal evolução depende menos dela própria do que da capacidade da esquerda real (a CUT, o PT e os demais partidos operários) de construir uma nova hegemonia, combinando a construção da democracia e do socialismo revolucionário.



Collor e Lula: transição conservadora x revolução democrática

Em Cima do Muro

RAUL DORFMAN - Professor Adjunto do IPH/UFRGS

Entre aliviados sorrisos e uma certa perplexidade, lê-se na imprensa cotidiana que o Leste Europeu já não é mais o mesmo: o Muro caiu.

O que restou? O que mudou?

As pitonisas do lucro como "deus ex-machina" exclamam eufóricas que as trombetas do Mercado derrubaram as muralhas do Socialismo Real... Marx, Engels, Lenine, Mao, eram todos profetas de um pesadelo que foi enterrado. Nada se socializar nada, queremos eficiência, propriedade privada, open, over, dólar paralelo, garimpo e lambada.

Uma pequenina dúvida, porém, nos assalta: se não foi o sistema de livre mercado que vige por aqui (e não estou falando do Mercado da Praça XV), o quê ou quem foi que fez este Brasil anos 2000? Será este o modelo que a queda do Muro prenuncia e preconiza para o Leste Europeu?

Não resta dúvida que o muro era uma vergonha e que, em paralelo, algumas lideranças da chamada esquerda ortodoxa cometeram graves erros, que em alguns casos levaram até ao genocídio. Sua permanência no poder só poderia resultar na queda atual. Isto é dialético. Ou, dito em outras palavras, o que aconteceu no Leste Europeu não é nada mais do que a reação popular contra o aparelho burocrático e oportunista que se adonou do Estado. É uma revolução e não pode ser entendida de outro modo. A revolução não morreu. Daí a se concluir que o sistema de livre mercado é o máximo, é no mínimo ingênuo...

Na realidade, muito dessa perplexidade e desta euforia não passa de falta de leitura, de reflexão e de crítica dos nossos intelectuais. E de uma crítica organizada e estruturada em partidos políticos que se critiquem e critiquem os conceitos, preconceitos, opiniões e doutrinas que andam campeando meio desarvoradas por aí. Esta crítica (Revolução), que sempre foi uma prática socialista, é exatamente o que está sendo feito no Leste Europeu, e é inadmissível nas chamadas "democracias representativas ocidentais". E por falar em DEMOCRACIA, o que tem faltado muito em nossas discussões são conceitos e categorias claramente definidos e esta é uma tarefa de nossos intelectuais: explicar com clareza, sair de cima do muro, assumir uma posição clara. Isto dito em linguagem popular: dar nomes aos bois.

Raymundo Faoro (IstoE/Senhor, 7/2/90) pratica isto, advertindo que, sem uma fiscalização partidária (ele acha que

o partido é o PT) e sem uma crítica positiva (eu interpreto como "sem clareza conceitual"), a "revolução" do Leste Europeu e o aparente declínio do que se chama hoje (não sei por que) de "socialismo real" pode vir a comprometer seriamente a luta pela justiça social. Aí já temos matéria para séria discussão: justiça e social. Será este social o mesmo do governo que ora exala seus últimos suspiros (o "Tudo pelo Social")? Ou é o bem-estar real de toda a nação? Deixemos isto para as nossas discussões futuras, que muitas as teremos no colorido e atlético governo que aí se aproxima, avassalador e salvante ...

Mas deixemos Faoro com a palavra: "Nós hoje estamos sob a ameaça de uma direita louca. Para ela, o socialismo morreu, o capitalismo triunfou e a justiça social é um delírio. Estamos diante de uma elite que não tem o menor senso de responsabilidade social. O capitalismo cedeu entre 46 a 49, diante do avanço do socialismo. Hoje, se o capitalismo tipo brasileiro não tem nada a temer, ele vai se sentir formidável, ele é a última palavra, então não tem compromisso com nada e nós estamos na selva selvática".

Uma direita que produz uma inflação mensal projetada para a posse do novo governo maior do que a inflação anual que derrubou o Governo Jango (1964). Naquele período foi subversão, hoje, o que é? O Brasil 2000 mata 110 mil crianças nordestinas e 80 mil sulinas, dizima florestas e índios, paga US\$ 50 mensais a mais da metade de sua população analfabeta, desnutrida, sem-nua e que mora em favelas, malocas, mocambos, palafitas e na Ilha das Flores ... Um país rico, a 8ª economia do mundo, habitado por um povo pobre, doente e explorado. Isto me faz lembrar a história de dois caras que entraram num boteco, pediram um galetto e apenas um comeu. Tecnicamente, foi meio galetto por pessoa. Na prática, um ficou faminto...

É evidente que a ligação do Brasil com o Leste Europeu não é a fome, da mesma forma que a ligação com o mundo ocidental não é o socialismo.

Uma das conclusões que somos levados a chegar é que quando a turma daqui (os estivadores dos Gdanskis locais, os mineiros russos locais, os operários romenos locais, os intelectuais iugoslavos locais, os etc, etc, etc, todos locais) descobrirem porque o muro foi derrubado lá, vai ficar muito afim de derrubar alguns murinhos do lado de cá também... Aí, veremos: Os que hoje batem palmas, baterão com o quê, manhã?

BRUNO KIEFER

JOSÉ PEDRO BOÉSSIO - Maestro, regente do Coral Unisinos.

"Falar sobre Bruno Kiefer é falar sobre uma pessoa íntegra. Bruno, o musicólogo; Bruno, o professor; Bruno, o compositor. Era sempre o mesmo Bruno, afável no encontro, mas firme nas posições; aberto ao diálogo, mas inflexível após as conclusões; pronto para um papo, um mate ou um "whisky", mas metódico no trabalho.

Meu primeiro contato com o Bruno, pessoa quieta, foi nos anos 70, através da Fi (ela e eu éramos então namorados). Os tios-avós dela haviam recebido o Bruno em sua casa quando ele veio para Porto Alegre, em 1935, e o ajudaram por algum tempo.

Querendo ver o Bruno, professor, contente, era só trazer para suas aulas um assunto que gerasse polêmica, debate, reflexão.

Ele foi um professor universitário, isto é, alguém que traz elementos universais para serem pensados, refletidos e debatidos em cima de uma realidade mais próxima, não somente decorados. Como o ensino na universidade está mais para "escolha simples com cruzinha" do que para universitário, tenho a impressão que poucos de nós, seus alunos, percebemos e aproveitamos o que ele nos oferecia.

Conheci o Bruno, compositor, quando cantamos (Coral da UFRGS com o maestro Arlindo Teixeira e a OSPA - Orquestra Sinfônica de Porto Alegre) "Os Campeadores", em 1975. Logo, em 1976, comecei a reger o Coral da Ginástica de São Leopoldo e fizemos a "Canção de Domingo", dele e de Mário Quintana. No Coral Unisinos, desde 1979, volta e meia tínhamos uma visita, sempre escudado por sua "motorista" (Nídia) e as crianças (Luciana e Marcelo). Aí trocávamos idéias sobre interpretações e abordagem de alguma peça, sempre com a simplicidade que o caracterizava. Nunca deixou de compor uma peça que lhe pedi. Para isto, além da amizade, havia o seu envolvimento com os coros e o que acontecia dentro deles. Certamente aquele grupo de Filosofia que fundou, ao redor de Madeleine, o Coral de

Câmara do Rio Grande do Sul, motivou o Bruno a compor grande parte de sua obra vocal, que me parece ser das mais alentadas do Rio Grande. O presente mais bonito que recebi do Bruno foi a música "in memoriam", que ele compôs após a Fi ter partido.

Um dos aspectos que me chama atenção em sua obra, é o cuidado na escolha dos textos utilizados. Fica clara a sua concepção de mundo engajada com a verdade, a justiça. E sempre o homem no centro, com seus sentimentos e sua realidade.

No "Aleluia" (texto de Iara Lemos) ouvi-se o grito para que termine a exploração ("morreu o rei, a rainha, o escravo e o senhor") e para que se valorize o homem ("agora é tempo do homem, tempo do fruto, da terra, do pão, é tempo de todos"), mas sem ser panfletário. "Os Campeadores" lembra elementos fortes da história do Rio Grande, mas sem ufanismo.

No "In Memoriam", canta com Camões o carinho e o sofrimento pela amada ("alma minha gentil que te partiste, tão cedo desta vida...") mas sem concessões melodramáticas e com dignidade, muita dignidade. No "Testemunho" (texto de Carlos Nejar) ele acarícia o Brasil que o recebeu ("Não te vincules ao sangue, mas a terra que te acolhe") mesmo sem esquecer a Baden-Baden que o viu nascer. Em "Nós" (texto de Imilde Nerici) coloca a paixão ("percorri todos os caminhos em que juntos fantasiávamos o paraíso") mas não esquece a solidão que pode acompanhá-la ("percorri sozinho a estrada que era para dois").

Estes e tantos presentes que Bruno deixou, estão aí para serem entregues ao público, através dos nossos coros gaúchos. Para os que se permitirem, encontrarão momentos de muito trabalho, crescimento e emoção. E onde ele estiver, cevando um mate com o Armando (Albuquerque) ou tomando um "whisky" com Villa-Lobos, ficará com a "faceirice" de quem fez sua parte e colaborou.

A REFORMA UNIVERSITÁRIA EM ZACATECAS

Que papel devem desempenhar os sindicatos?

JOSÉ LUIS PINEDO VEGA, secretário geral do Sindicato do Pessoal Acadêmico da Universidade Autônoma de Zacatecas (SPUAZ), México.

A Universidade Autônoma de Zacatecas, do México, viveu recentemente um processo de reformas exemplares do ponto de vista da participação da comunidade. Este artigo foi publicado no último número da revista *Educadores del Mundo*, e traduzido para o *Adverso* pela Professora Maria Lúcia Machado, do Departamento de Línguas Modernas/setor de Espanhol, do Instituto de Letras da UFRGS.

A Universidade Autônoma de Zacatecas está emergindo numa mudança da cultura universitária que ultrapassa muitos dos esquemas conceituais e de comportamento que caracterizam sua dinâmica de vários anos atrás. Hoje, a coexistência, o respeito e a disposição ao acordo têm sido as principais estratégias que todas as posições têm empregado para propiciar a realização do Congresso Universitário, como instância máxima de análise e definição das políticas acadêmicas da instituição.

Sendo a universidade um âmbito no qual, por sua natureza, a diferenciação, a polémica e a disputa chegam a ser muito profundas, o empenho na convergência e tolerância deve ser considerado, pelo menos, como uma grande demonstração de maturidade e valorizado como condicionante inicial de suas transformações de fundo. As exigências de mudanças na universidade supõem desafios inevitáveis. As novas gerações já não são facilmente acessíveis a determinadas tradições. Nem o radicalismo na linguagem, nem o conservadorismo na prática acadêmica constituem elementos fundamentais de apelo e integração constitucional. Deram-se aí, previamente, experiências do exercício de uma democracia plural e proporcional de relevância, principalmente no seu sindicato de pessoal acadêmico (SPUAZ) e de democracia direta em todas as instâncias universitárias. As expectativas dos universitários são hoje mais complexas. Daí sua exigência de participação. Por outro lado, constata-se que as funções da universidade em geral e o seu papel social não receberam o suficiente reconhecimento, em todo o seu valor e potencialidade, o que exige também uma mais definida presença na vida comunitária.

Um dos grandes méritos deste Congresso foi propor uma transformação muito antes de que amadurecesse no conjunto da sociedade. Uma das principais motivações da transformação, responde precisamente ao caráter da universidade como um dos âmbitos sociais mais sensíveis à racionalização das mudanças. Constitui também, um espaço de grande autonomia e liberdade interna.

O Congresso da UAZ recolheu uma conceituação sumamente avançada sobre a universidade. Sob um procedimento de democracia proporcional e delegada aprovou, e está em fase de implantação, um

projeto de universidade democrática, propositiva, plural, comprometida com a transformação e acessível às maiorias populares.

Um congresso com grande participação

O Congresso, acima de tudo, foi um processo de ampla participação. Foi integrado, com caráter decisório, por 776 delegados: 363 estudantes, representativos de cerca de 18 mil; 363 professores, representativos de 1400 e 40 funcionários, representativos de 1200; todos eles eleitos nas 31 dependências da UAZ, representando não apenas o seu setor, mas também a sua escola ou dependência. Antes de sua integração, sua metodologia e organização haviam sido acertadas e aprovadas no Conselho Universitário.

No Congresso foram apresentadas e discutidas pouco mais de 300 comunicações. Foi dividido em três fases, a primeira: "Rumo, tipo de universidade e suas relações" definiu o esquema conceitual mais geral da universidade; na segunda aprovou-se o regulamento de eleições de autoridades universitárias, Conselho Universitário, reitor e diretores de escolas e faculdades, assim como os princípios orientadores da legislação universitária. Para a terceira fase está projetada a reestruturação acadêmica e organizativa da instituição.

As resoluções do Congresso entraram em vigência já nas eleições do Colégio Eleitoral, conselheiros universitários, reitor e diretores de escola, na organização de um gabinete administrativo plural, em que ficaram representadas todas as correntes participantes dos comícios, através de funcionários que sustentam um perfil técnico e profissional afim com as funções acadêmico-administrativas, assim como na forma de votação e representação: 45% estudantes, professores e 10% funcionários.

A grande maioria das comunicações apresentadas por professores foram elaboradas de forma individual ou por grupos. A direção do sindicato convocou à participação com uma concepção e óticas plúrais, sem nenhuma diretriz prévia da organização gremial, ainda que com a recomendação de auspiciar a preservação, em todas as oportunidades, dos direitos, conquistas e faculdades sindicais. Com a decisiva participação dos trabalhadores universitários deixou-se implícito o respeito à organização sindical e evidenciada a identificação de um grande número de interesses institucionais com os sindicais.

Precisamente a forma paritária de representação e votação, que outorga igualdade nas decisões a estudantes e professores, auspicia implicitamente a organização sindical dos professores. Os professores não apenas são sujeitos do processo de transmissão e geração do conhecimento, mas têm a responsabilidade de preservar e defender o emprego e o seu nível de pagamento, são portanto agentes da estabilidade da instituição e elementos importantes da identificação com os demais trabalhadores. Os trabalhadores administrativos e manuais participam com uma proporção de 10 por cento. Está claro que no processo de ensino não intervêm de maneira direta mas sua função auxiliar cresce, particularmente com a introdução de inovações técnicas.

O congresso e o papel do sindicato

O Congresso reconheceu as faculdades e o papel da organização e funções sindicais, além de sua intervenção institucional, assumiu a razão de ser dos sindicatos e sua participação na vida universitária. Saudou a experiência de condução plural do sindicato de professores, o impacto das exigências sindicais no incremento do orçamento geral da instituição e o efeito altamente positivo de um plano de formação e atualização de professores que foi conquista das exigências sindicais.

O Congresso sem dúvida terá também profundos efeitos no âmbito sindical. Até antes do Congresso estava muito arraigada em um importante setor de trabalhadores a concepção da irreconciliabilidade de projetos por definição - com a administração universitária. Com este evento, tal diferenciação diluiu-se. Além do mais, um importante número de quadros acadêmico-sindicais, passaram a ocupar postos na administração central da universidade ou nas direções de escolas e faculdades e promoveram ou participaram ativamente nas campanhas eleitorais institucionais. A democratização da universidade tem que ser reconhecida como um processo de inter-relações entre os diversos setores que compartilham sua fecunda vida. O sindicalismo universitário não está à margem dos seus processos substantivos e por tal motivo está obrigado a renovar seus esquemas conceituais, e evidentemente, ao mesmo tempo, a fortalecer sua identidade sindical. Com a transformação da universidade, suas funções tem que ser mais complexas. O Congresso na UAZ, indiretamente esclareceu alguns pormenores do sindicalismo.

Evidentemente, o fato de que não seja ainda a sociedade quem exija a transformação da instituição deve ser motivo de preocupação, porque implicitamente reflete o grau de resistência à projeção social da universidade. Em Zacatecas, por outro lado, é cada vez mais difícil a assimilação dos diplomados recém egressos à vida produtiva, apesar das crescentes necessidades sociais. O crescimento da matrícula na universidade é reduzido, seus diplomados são o setor mais sujeito ao desemprego e subemprego. A desvalorização cotidiana do trabalho e o papel dos diplomados põem em dúvida a função das universidades e o valor estratégico que deveriam ter, tanto a formação acadêmica como a atividade dos universitários; do mesmo modo, põe em risco a estabilidade do emprego na universidade.

Por isso, reclamar a sua justa valorização e conquistar o reconhecimento como prioridade nacional para acadêmico e para as funções universitárias são alguns dos grandes desafios sindicais atuais.



Sobre a autonomia da universidade:

ROGÉRIO VIOLA COELHO - Advogado, Assessor Jurídico da ADUFRGS. OAB n.º 4655.

OS ANTECEDENTES DA NORMA CONSTITUCIONAL

1. Ao dispor no Artigo 207 da nova Carta Política que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial", o legislador constituinte não editou norma original.

Já em 1911, antes mesmo da criação da primeira universidade, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República afirmou a autonomia didática e administrativa das instituições de ensino e determinou a eleição de seus diretores pelas congregações, por voto secreto.

Em 1945, já findo o Estado Novo, um decreto-lei proclamou a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar da Universidade do Brasil, restabelecendo as listas tríplices, conforme já dispusera o Estatuto da Universidade Brasileira, de 1931. E em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, anunciada pela Constituição de 1946, veio reafirmar a autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar das universidades. A mesma lei, no entanto, criou o Conselho Federal de Educação, atribuindo-lhe poderes para aprovar os estatutos das universidades, avaliar os relatórios anuais de suas atividades, editar normas sobre currículos, promover sindicâncias em quaisquer estabelecimentos de ensino e adotar medidas visando à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino.

A Lei nº 5.540, de 1968, manteve a norma autônoma, mas, ao mesmo tempo, outorgou ao Conselho Federal competência para suspender a limitada autonomia de qualquer universidade.

2. Até 1988, as normas afirmativas da autonomia tiveram sempre a mesma hierarquia daquelas que representavam a sua negação no plano concreto. Na compatibilização dos comandos contraditórios expedidos pelo legislador, as primeiras, habitualmente enunciadas em termos abstratos, sempre cederam ante às disposições editadas com vetor oposto, dotadas geralmente da máxima concretude.

"Até 1988, as normas afirmativas da autonomia tiveram sempre a mesma hierarquia daquelas que representavam a sua negação no plano concreto."

Prevaleceu, assim, em grau maior ou menor, ao longo da história da universidade brasileira, a sua subordinação ao Estado, de que é considerada parte integrante. Na prática, as disposições reiterativas da autonomia asseguraram para as universidades públicas — entes personalizados primeiro como autarquias e mais recentemente também como fundações — uma espécie de competência residual, na medida em que podiam deliberar sobre aquilo que o Estado não decidia através dos seus órgãos centralizadores.

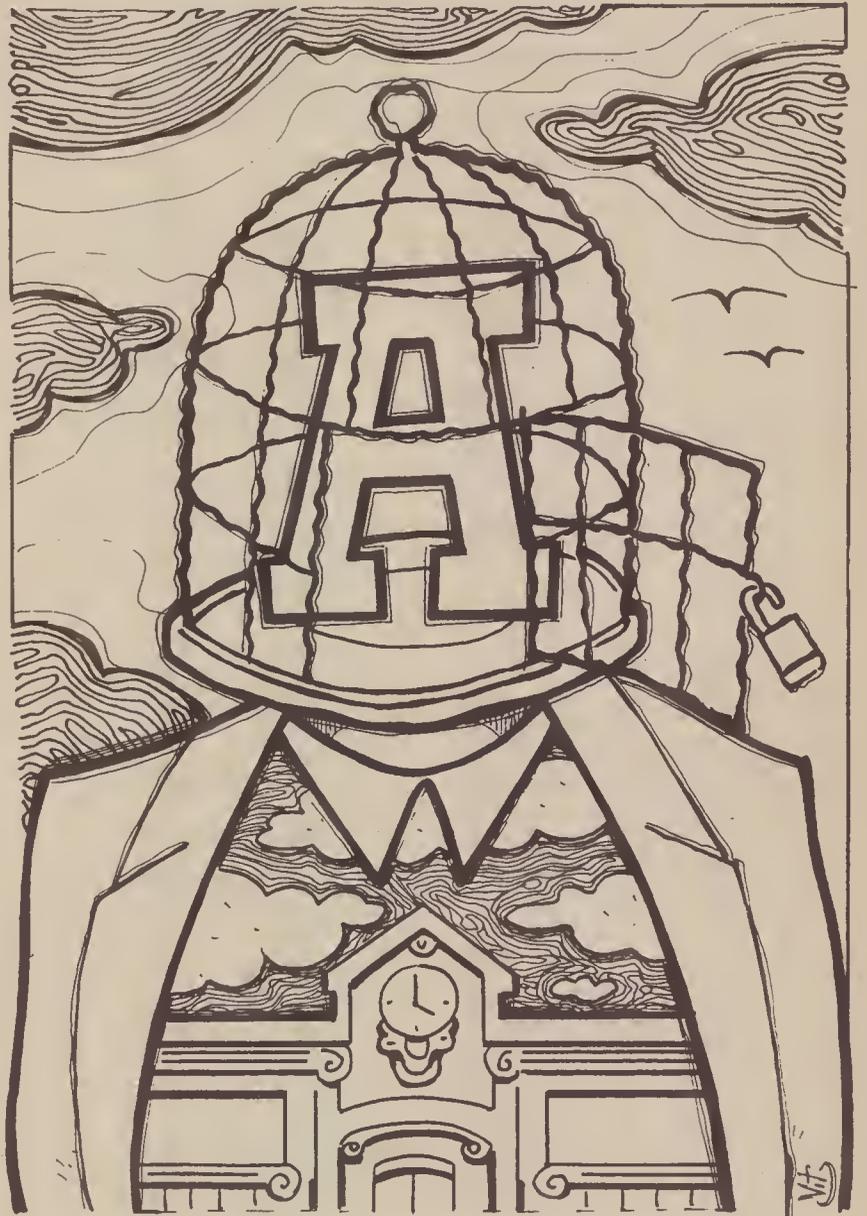
A ELEVÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA À CATEGORIA DE NORMA CONSTITUCIONAL E SUA INTERPRETAÇÃO

3. Em face do princípio da supremacia da norma constitucional, a norma do artigo 207 da Nova Carta passa a ser o fundamento e o critério de validade de todas as normas ordinárias sobre a organização e as atividades das universidades brasileiras.

4. Segundo GERALDO ATALIBA, o que ocorre com a legislação ordinária existente não é uma simples revogação. Para ele, "O que se dá é mais, muito mais radical: o desaparecimento, a total, a absoluta e irremissível perempção da legislação ainda vigente no dia anterior, exatamente porque o seu fundamento jurídico estava numa Constituição que desapareceu (esta sim, revogada categoricamente). Na verdade, o que se observa é que todas as normas infraconstitucionais que não sejam incompatíveis com a nova Constituição são, na medida do estabelecido pela própria Constituição, 'recebidas' para integrar a nova ordenação e, assim, nascem por ela acolhidas. As incompatíveis desaparecem, caducam com a velha Constituição, e desaparecem porque seu fundamento, sua base, é banida do universo jurídico".(1)

5. Ante uma lição tão cristalina, é inafastável a pergunta: Por que, então, permanecem as universidades atreladas ao Estado e este continua com todos os seus instrumentos de controle e interferência em plena atividade?

É necessário lembrar, com BUGALLO ALVAREZ, que "a norma jurídica é resultado da interação e/ou manipulação das forças sociais reais, acionadas formalmente pela ação política e informalmente pelo posicionamento ideológico dos atores do processo social".(2)



"O princípio inscrito no artigo 207 passa a ser o critério de validade de todas as normas ordinárias sobre a universidade".

Na Assembléia Constituinte, confrontaram-se abertamente dois blocos: de um lado, o bloco representativo das forças populares e democráticas, lutando pelos direitos sociais e pela democratização das instituições e, do lado oposto, o bloco suprapartidário do chamado "Centrão", representando os interesses da burguesia monopolista e do latifúndio. E, em face da correlação de forças existente, as propostas das forças democráticas só foram aprovadas mediante acordos com o bloco conservador, que manteve a hegemonia durante quase todo o processo constituinte. Nessas condições, em muitas questões relevantes só passaram normas inovadoras quando o seu texto era dúbio o suficiente para permitir interpre-

tações capazes de anular os seus efeitos, ou quando era enunciada em termos abstratos, de tal forma que permitissem o esvaziamento de seu conteúdo através de regulamentações distoantes de seu espírito.

6. Ainda que superada, predomina em nossos tribunais a idéia que os comandos enunciados em termos abstratos na Constituição não são auto-aplicáveis, dependendo de regulamentação por parte do legislador ordinário, a quem caberia interpretar a vontade do legislador constituinte objetivada na norma.

Contando com este "mecanismo de proteção doutrinário" as classes econô-

ASPECTOS JURÍDICOS

mica e politicamente hegemônicas absorveram as reivindicações do movimento popular e democrático no processo constituinte, momento em que era mais intensa sua mobilização, e remeteram a disputa para um momento posterior na expectativa de esvaziar as conquistas desse movimento emergente.

A AUTONOMIA

UNIVERSITÁRIA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL

7. Na verdade, nas normas abstratamente enunciadas estão alojados os princípios constitucionais, preceitos dotados de grande amplitude, que imprimem uma direção estimativa às atividades do legislador comum e das autoridades administrativas. E as normas ordinárias só podem traduzir as determinações que possam ser extraídas dos princípios inscritos na Lei Maior. Neste sentido, a lição de GORDILLO: *"La norma es límite, el principio es límite y contenido. La norma dá a la ley facultad de interpretarla o aplicarla en más de un sentido, y al acto*

"... romper com a concepção que coloca o Estado acima da sociedade real, submetendo-a, em nome do bem comum, às classes dominantes".

administrativo la facultad de interpretar la ley en más de un sentido; pero el principio establece una dirección estimativa, un sentido axiológico, de valoración, de espíritu. El principio exige que tanto la ley como el acto administrativo respeten sus límites y además tengan su mismo contenido, sigan su misma dirección, realicen su mismo espíritu. Pero aún, más, esos contenidos básicos de la Constitución rigen toda la vida comunitaria y no sólo los actos a que más expresamente contemplan; por ser 'principios' son la base de una sociedad libre y republicana, son los elementos fundamentales y necesarios de la sociedad y de todos los actos de sus componentes".(3)

Amparadas pela lição de GORDILLO, as forças sociais que elevaram a autonomia universitária à categoria de princípio constitucional devem preparar-se para novos embates, visando a inscrever na legislação ordinária, em fase de elaboração, normas que representem a realização do princípio, sob pena de assistirem o esvaziamento daquela conquista democrática.

Diante desta possibilidade, é necessário examinar criticamente os pressupostos que permitem aos juristas tradicionais fazer tábula rasa dos princípios constitucionais de conteúdo democrático.

"... a Constituição deixa de ser a Lei de Organização do Estado para ser a Lei de Organização da Sociedade".

A AUTONOMIA

UNIVERSITÁRIA,

O ESTADO E A SOCIEDADE

8. Nos juristas tradicionais, uma visão apolégica do Estado moderno, concentrador de poder, é o pressuposto de uma concepção positivista do Direito. Segundo esta corrente, o Estado, que seria a sociedade organizada (ou a sua encarnação), está voltado para a realização do bem comum, pelo que é o titular do interesse público e detém o monopólio do direito.

SCARPELLI, representante de uma vertente do juspositivismo, diz que: *El poder centralizado propio del Estado moderno es soberano, lo cual significa que no reconoce superior ni tolera sobre si ninguna institución que no se someta a el para recibir su legitimación y sus límites en correspondencia a ello, el positivismo no admite norma o criterio regulador por encima del derecho del Estado, ni derecho natural ni derecho de agentes, ni derecho eclesiástico ni costumbres o usos; y hace del orden estatal el criterio exclusivo para la calificación de cualquier institución y de cualquier comportamiento".*(4)

Segundo os juristas tradicionais, entre eles PONTES DE MIRANDA, *"o Direito Constitucional é o Direito imediato do Estado, o Direito que dá vida e norma aos órgãos do Estado, que os cria e disciplina".*(5)

Partindo destes pressupostos, a autonomia universitária será sempre vista pelos positivistas e pelos juristas tradicionais como um processo de descentralização de poderes originalmente pertencentes ao Estado, que, sendo o sujeito deste movimento e o seu ponto de partida, dita soberanamente a extensão e os limites de sua concessão.

9. É necessário romper com esta concepção monárquica, que coloca o Estado (como encarnação da sociedade) acima da sociedade real, para submetê-la, em nome da realização do bem comum, aos interesses privados das classes dominantes. A partir desta ruptura, a Constituição deixa de ser vista como a *Lei de Organização do Estado*, para ser considerada a *Lei Fundamental de Organização da Sociedade*. E a universidade poderá ser vista não mais como *órgão estatal* ao qual foi outorgada uma autonomia relativa, mas como uma *instituição da sociedade*, apenas mantida pelo Estado, em face do interesse público relevante que encerra.

Como a instituição da universidade é anterior ao Estado moderno, este deslocamento tem o sentido histórico de

um resgate levado a efeito pela sociedade para recuperar a liberdade de ensino, de pesquisa científica e de criação artística, em suma, a liberdade de pensamento, que o Estado sufocou. Este é, sem dúvida, o sentido axiológico referido por GORDILLO (3) existente no princípio da autonomia universitária.

10. Na busca de uma gênese lógica e do desenvolvimento do Estado como categoria, MIAILLE, apoiado em HIRSH, vislumbra no Estado moderno uma instituição *"onde se concentram as relações de coerção e de exploração do capital sobre o trabalho, transportando-as a um terreno abstrato, a esfera política"*.(6) Desta forma, o Estado burguês faz aparecer os interesses privados de uma classe como interesse público.

Se esta é a essência do Estado, a conquista da autonomia universitária inscrita na Lei Fundamental abre caminho para a *desprivatização* da universidade brasileira, que — enquanto órgão estatal — tem sido chamada quase que exclusivamente a formar profissionais para o mercado e a contribuir para a importação de tecnologia, segundo os interesses imediatos do capital.

"... a universidade será vista como instituição da sociedade e não mais como órgão do Estado".

11. Com estes pressupostos, a autonomia da universidade em relação ao Estado, inscrita na nova Carta Magna, há de ser entendida com a máxima radicalidade. Os mesmos pressupostos impõem uma alteração radical nas relações da universidade com a sociedade. O diálogo de surdos atualmente existente deve dar lugar a uma relação de interação para que ambos possam encontrar caminhos alternativos.

BIBLIOGRAFIA

- (1) ATALIBA, Geraldo. In "EFEITOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO". Rev. SÍNTESE, órgão do TRT da 2ª Região, nº 08/89, p. 35;
- (2) BUGALLO ALVAREZ, Alexandro. In "REFLEXÕES PARA UM ESTUDO DA NORMA NO DIREITO CIVIL", do livro "A NORMA JURÍDICA", Edit. Freitas Bastos, 1ª edição, p. 111;
- (3) GORDILLO, Augustin. In "TRATADO DE DERECHO ADMINISTRATIVO". Buenos Aires, Ediciones Macchi, 1986, Tomo I, p. V-12;
- (4) SCARPELLI, apud. GARCIA MAYNEZ. In "POSITIVISMO JURÍDICO REALISMO SOCIOLOGICO Y IUSNATURALISMO". México, Editora da Universidade Federal Autónoma do México, 1977, p. 57;
- (5) PONTES DE MIRANDA. In "COMENTÁRIOS A CONSTITUIÇÃO DE 1967". Edit. Forense, ed. 1987. Tomo I, p. 193;
- (6) MIAILLE, Michel. In "CRÍTICA DAS CONCEPÇÕES JURÍDICAS DO ESTADO". do livro "CRÍTICA DO DIREITO E DO ESTADO". Edit. Graal, 1ª edição, 1984, p. 119.

Anuncie no
ADVERSO
26.2719



REFORMA DO ESTATUTO

Com o objetivo de ampliar o debate sobre a formulação de um novo estatuto para a UFRGS, tanto no âmbito da Universidade como para a comunidade em geral, a ADUFRGS/Jornal ADVERSO e a Rádio da Universidade promoveram um debate ao vivo pela rádio, dia 8 de novembro, às 12 horas. Reuniram-se, então, os professores — todos membros do CONSUN — Vera Moraes, presidente da III Câmara; Ema Lebouté, diretora da Faculdade de Agronomia; Roberto Py Gomes da Silveira, diretor da Faculdade de Arquitetura e Walter Meucci Nique, diretor da Faculdade de Economia e Coordenador da Comissão do Conselho Universitário encarregada de receber propostas e sugestões para elaboração do estatuto. Foi coordenador e mediador do debate, o professor José Vicente Tavares dos Santos, do IFCH. Os ouvintes participaram, encaminhando questões através de telefone colocado à disposição pela Rádio da Universidade.

JOSÉ VICENTE — Se olharmos a votação realizada no CONSUN sobre a reformulação do estatuto, verifica-se que houve uma divisão dos votos, de 20 a 17. O que representa tal divisão de opiniões no seio do Conselho Universitário?

WALTER NIQUE — A decisão deve ser localizada historicamente e dentro do contexto daquela reunião. Havia três propostas: a primeira, era da formação de uma estatuinte com 228 membros, (N.R.: proposta vinda do CONSUN da gestão anterior), que por razões de flexibilidade, morosidade devido a mandatos, etc, foi rejeitada por unanimidade. A segunda foi a proposta dos diretores (N.R.: proposta que recebeu 20 votos e que define o CONSUN como instância máxima de deliberação) e a terceira foi um substitutivo (N.R.: substitutivo encaminhado pelo professor Roberto Py Gomes da Silveira e outros. Esta proposta, que recebeu 17 votos, permitia que a comunidade definisse qual deveria ser a instância máxima de deliberação) sobre a forma de decisão sobre o novo estatuto. Então, a decisão de 20 a 17 foi dentro deste contexto. Decidiu-se que se apresentariam formulações, sem se ter claro como será o processo decisório.

ROBERTO PY — Temos que trazer esta discussão ao seio da comunidade universitária e rio-grandense. Eu diria que isto faz parte do caráter público de uma universidade.

Acho interessante que o professor Nique tenha procurado situar o clima político e histórico daquele momento, mas eu faço uma leitura diferente daquela votação. Primeiro, não se tratava de uma proposta dos diretores, porque também sou diretor e, com outros diretores, apresentei um substitutivo. Também a proposta que emanava do CONSUN da gestão passada, de uma Estatuinte com 228 membros, foi a primeira proposta que surgiu. Na realidade, foi praticamente tirada de pauta em favor do substitutivo. Vou dizer como vejo a proposta original, que acabou recebendo os 20 votos e o substitutivo que apresentei. Aquela proposta fazia com que o CONSUN fosse o deflagrador desse processo de discussão do estatuto, o que me parece bastante pertinente. Fazia um chamamento à comunidade universitária para a participação, mas fechava no próprio Conselho a decisão do formato final do estatuto.

Isto, confrontado com a proposta emanada do CONSUN anterior, pareceu necessitar de uma espécie de mediação política, razão pela qual apresentei, junto com colegas, o substitutivo em que se mantinha a idéia que se faria um chamamento à comunidade, mas se salientava que este chamamento deveria abordar o aspecto da estrutura do novo estatuto e o aspecto da forma decisória a que este estatuto

iria se submeter, ou seja, nós teríamos também ouvido a comunidade sobre o sentimento dela em relação a quem decidiria sobre o novo estatuto. Eu defendi a idéia de que não deveríamos fechar, e sim receber sugestões, porque seria uma grande oportunidade para que idéias criativas pudessem aparecer. A universidade pode e deve procurar formas criativas de participação, de confronto de idéias e de decisão, por isso nos pareceu interessante que pudéssemos obter da comunidade não só idéias sobre o novo estatuto, mas principalmente idéias de como o processo decisório se instalava na Universidade. No momento em que se votou que voltaria tudo ao CONSUN e este arremataria o processo, na verdade isto trouxe um desestímulo à participação. Isto pode ser sentido pelo grau de participação dos estudantes, professores e funcionários, que tem sido pequeno e de pouco entusiasmo até agora.

VERA MORAES — Na verdade, o processo de reformulação do estatuto também foi decidido naquele momento, quando a resolução do CONSUN deixa claro que este receberia sugestões dos organismos através de comissões temáticas e elas organizariam um anteprojeto. Este anteprojeto seria enviado aos mesmos organismos para ser rediscutido e reformulado se necessário, mas me parece que o próprio CONSUN, ao qual pertencemos, teria nas suas mãos todo o processo, e isto eu acho que é questionável. Até mesmo a história daquela reunião e seus números nos deixam com a possibilidade de discutí-la, mesmo porque não tínhamos naquele momento a participação dos funcionários, que deverão ter imediatamente assento no CONSUN. Parece-

“... as pessoas não querem dar palpites, mas querem ter acesso ao poder decisório. Da forma como foi decidido, a ADUFRGS, a ASSUFRGS, o DCE e a maioria das Unidades têm a sensação de estarem sendo excluídas do processo. Por isso foi uma decisão equivocada”. (Roberto Py)

me que a questão da participação e da representatividade deveria ser melhor discutida a seguir.

EMA LEBOUTE — Vejo que o assunto da mudança do estatuto não é uma coisa nova. Durante a última gestão, vi manobras políticas que impediam a discussão do problema do estatuto, e me pareceu que nesta reunião havia forças políticas que também não queriam definir as coisas. Pareceu-me mais um processo de prorrogar, de transferir uma discussão necessária para a Universidade. Este aspecto pesou muito na minha decisão, porque eu cansei de ter reuniões onde existe jogo de forças políticas, como se estivéssemos num plenário político e não num plenário acadêmico, onde às vezes por um ou dois votos se consegue derrogar decisões importantes e vitais para a universidade. Me parece que a primeira proposta não se pode considerar estatuinte, porque ela agrega o CONSUN, um conselho pré-existente, e isto não é uma estatuinte pra mim. Então, é uma proposta que eu não aceito. Votei na proposta dos diretores, embora não tenha participado de sua elaboração, pelo fato desta proposta deslanchar o processo e definir as coisas.

VERA MORAES — Acho que a proposta do professor Py em nada impediria o deslançamento do processo. Ao contrário, acho que ela teria uma participação maior da comunidade, que se viu frustrada nas expectativas, em grande parte porque participar tem um conteúdo, e participar da deliberação do processo de decisão propriamente tem outro conteúdo.

WALTER NIQUE — Concordo com a professora Ema, e vou ir mais longe. A questão dos 20 a 17 reflete a existência de grupos dentro do CONSUN ou do COCEP com semelhança de forças. Quando falei em proposta dos diretores, foi porque alguns diretores apresentaram esta proposta, que discutiram com suas diversas áreas de conhecimento. Na própria Faculdade de Economia se teve dois momentos de discussão de como seria o processo. Uma das coisas que sempre nos orientou é a necessidade de preservar e garantir a possibilidade a qualquer servidor dessa universidade, a qualquer aluno ou professor, de se manifestar e suas idéias chegarem até o CONSUN para serem avaliadas, mas o que temo é que se organizem grupos extra-universidade, que tentem influenciar as decisões dentro da universidade, e temo que isto possa excluir pessoas que querem participar. Imagino que uma discussão de um regimento deve ser algo muito refletido e discutido, e a intenção principal de dar oportunidade de todos participarem era a idéia da democracia grega em termos de transformar a universidade numa grande ágora, onde qualquer manifestação de qualquer indivíduo seria levada em consideração. Ou seja, esta decisão, de 20 a 17, que é uma posição muito clara do CONSUN, não encerra ninguém dentro de uma caixinha. Pelo contrário, justifica uma maior participação de todos neste debate universitário.

ROBERTO PY — Acho importante fazer algumas colocações a respeito do que a professora Ema disse, pois assim como ela, eu também fui membro do CONSUN anterior e não podemos confundir o que ocorreu naquela época com o que ocorre neste momento. A discussão do estatuto naquele momento se transformou muito mais em

“... a universidade tem que se colocar dentro de um projeto político mais amplo, e é preciso trabalhar efetivamente com as relações da universidade com a sociedade”. (Vera Moraes)

bandeira de luta eleitoral, no bojo da eleição do reitor, do que num desejo efetivo de avançar para novas formas participativas em nossa universidade. Digo isto para não dar ao ouvinte a idéia falsa de que dentro do CONSUN existem forças interessadas em obstruir discussões, em não levar adiante aspirações da comunidade. Por outro lado, a respeito do que falou o professor Nique, no nosso entendimento aqueles 20 votos foram um equívoco. No bojo daquela decisão está o CONSUN como dono da decisão final. Veja que para a eleição da lista sextupla para Reitor, o CONSUN não é soberano, ele tem que necessariamente se juntar ao COCEP e ao Conselho de Curadores. A nossa proposta, naquele momento derrotada, se algum dia voltar à discussão, provavelmente vai receber a adesão de mais pessoas.

JOSÉ VICENTE — A professora Ema falou que há no CONSUN forças políticas que teriam agido no sentido de prorrogar decisões quanto ao processo de reforma do estatuto. Com toda a clareza, que forças são estas?

EMA LEBOUTE — É evidente que este Conselho é muito novo, não tendo um ano de funcionamento e não chegando a 20 reuniões ainda. Mas como cada indivíduo tem uma posição política, é evidente que vão se formar grupos políticos. Se pudesse falar em forças políticas dentro do CONSUN, eu diria assim: tem um espaço conservador não muito grande, um espaço pequeno de esquerda, mas muito ativo, um espaço de direita, pequeno e muito ativo, e tem uma grande parte do CONSUN que se comporta como centro. Se vocês querem com detalhes quais os partidos políticos, eu poderia caracterizar sob pena de estar fazendo um crime quanto aos outros partidos, que da esquerda tem o PT, porque a estrela brilha no peito dos representantes, e da direita eu não vi nenhum com o PFL pendurado no peito.

JOSÉ VICENTE — Estranha-se muito que, no momento de se tomar a decisão crucial sobre quem finalmente deliberará sobre o novo estatuto, o CONSUN não tenha consultado ninguém. Ainda mais, essa decisão foi tomada antes da posse dos funcionários no Conselho. Então, o que está em discussão aqui é a própria qualidade da democracia de que tanto se fala, é o próprio conceito de participação de uma coletividade nos seus conselhos superiores, nas suas decisões cruciais. A questão que colocamos é se não houve nesse fato a exclusão de uma parcela importante e, para agregar, se esta não-participação da comunidade universitária não seria uma forma de protesto quanto à decisão do CONSUN?

ROBERTO PY — Fizemos aquele substitutivo exatamente para não dar à comunidade a sensação de que ela estava sendo excluída. Eu não vou dizer que os 20 que votaram contra tinham a intenção de excluir a comunidade ou de se adiantar à posse dos funcionários. O que posso dizer é que o substitutivo derrotado, com seus 17 votos, tinha exatamente a preocupação de como uma decisão do CONSUN seria recebida. É uma coisa muito clara que todos desejam participar, e as pessoas não querem somente dar palpites, mas querem ter acesso ao poder decisório. Da forma como foi decidido, a ADUFRGS, a ASSUFRGS, o DCE e a maioria das Unidades têm a sensação de estarem sendo excluídas do processo. Por isso foi uma decisão equivocada, por saber que muitos daqueles 20 que votaram não o fizeram nesse sentido e inadvertidamente deram esta sensação à comunidade.

VERA MORAES — Professor Py, eu acho que isto foi não apenas o que as pessoas perceberam, mas o que realmente ficou. A possibilidade de participar, nos termos em que se encontra a questão, na verdade é causa de um retraimento da comunidade universitária, sem dúvida nenhuma.

EMA LEBOUTE — Se alguém fosse esperar a posse dos funcionários para desencadear a

discussão do estatuto, eu pergunto quanto esperaríamos, porque embora tenha sido publicada no Diário Oficial, a aprovação do CFE não está em vigor porque o Ministro ainda não aprovou. Quando se fala em participação da comunidade, fica a idéia que há um igualitarismo na comunidade universitária. Eu não consigo compreender, pois a comunidade universitária é formada por alunos, professores e funcionários, todos importantes e indispensáveis uns aos outros, mas ela não é igualitária. O que se desenrola lá dentro não é igualitário, os interesses não são os mesmos. Então, o que se quer quando se fala em igualitarismo e comunidade? A comunidade vai participar, cada um com os seus interesses próprios.

WALTER NIQUE — A respeito da aprovação do CFE, gostaria de dizer que jamais uma decisão do CONSUN foi tão rapidamente apresentada ao CFE. O próprio Reitor levou a Brasília e conseguiu que fosse aprovada num prazo recorde. A única coisa é que o Ministro não assinou. Além do mais, quanto à pergunta do mediador, porque a gente não consultou, quem consultou a comunidade para que os funcionários participassem do CONSUN? O CONSUN tem autonomia, e tomou essa decisão, assim como ele tomou outras decisões muito sérias para a universidade.

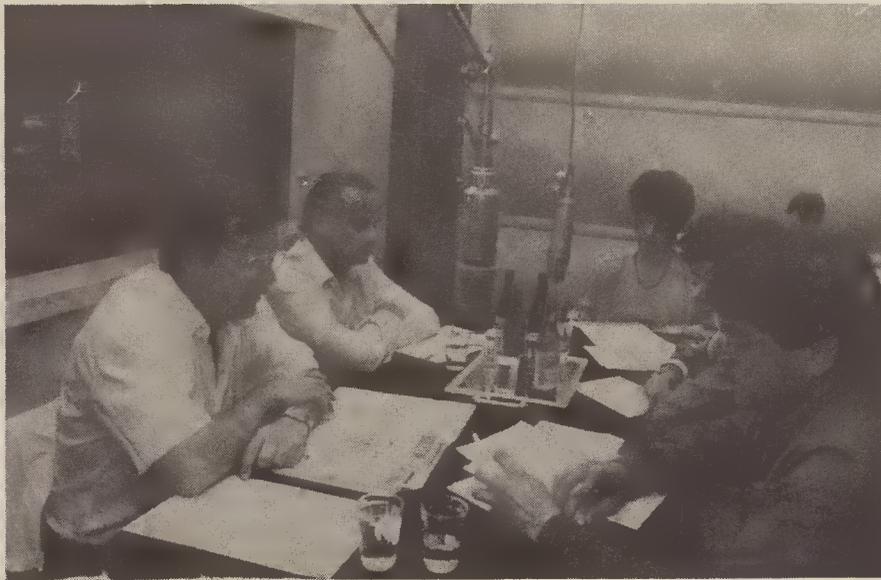
JOSÉ VICENTE — Como deve ser feita a legislação da universidade? Somente no âmbito interno desta ou também com a participação de setores externos? Leve-se em conta que há no CONSUN representantes das classes detentoras do capital, e que não há representantes das classes trabalhadoras. Então, como os senhores vêem a participação de setores externos à universidade na reformulação do estatuto?

VERA MORAES — Para respondermos, temos que pensar num conceito de universidade, lembrando as palavras do professor Ernani Maria Fiori, que traz uma idéia de universidade que pode ser talvez reorganizada, trabalhada em função do momento, mas a universidade considerada como o centro máximo de conscientização do processo cultural, e a cultura considerada como sendo a alma da civilização. Acho que teríamos que ter na universidade aqueles que fazem a cultura e que trabalham com ela, e a presença de todos os segmentos que fazem parte da sociedade à qual pertence. Parece-me que é uma ausência o segmento dos trabalhadores, que constituem as classes majoritárias.

EMA LEBOUTE — Discordo, pois no meu entender está havendo uma confusão. Acho que a universidade é um aparelho do estado, uma estrutura organizada pelo estado, e ela vai refletir o estado. Você não pode esquecer que estamos vivendo num estado capitalista, onde a classe dominante é de fato a tal, e as classes populares são majoritárias, mas não têm força política. Nós estamos sonhando quando desejamos alguma mudança, enquanto não mudar a forma de poder do estado. Eu acho lindo o que disseste, mas acho que é romântico.

WALTER NIQUE — Na questão da participação, eu concordo com a professora Vera que temos, no CONSUN, que funcionar com todos os segmentos da comunidade. Eu estou inserido na minha comunidade, eu tenho sensibilidade da minha comunidade universitária, da comunidade do bairro, da cidade, do país e do meu partido. Eu tenho condições também de representar. Agora concordo que os elementos exteriores à universidade não devem em hipótese alguma participar das decisões que nós temos dentro da universidade. A universidade e este debate são intra-muros, e não devem ter a participação de elementos exteriores a ela. Eles devem participar em seus próprios aparelhos. Na universidade, somos nós que vamos atuar. Não se diga que não tenho o meu cordão umbilical ligado à comunidade, porque eu tenho e vivo desta comunidade. Agora, expandir isto para a participação, seja de sindicatos e federações, eu não vejo sentido.

ROBERTO PY — Vejo que esta questão traz o próprio significado de uma instituição pública. A nossa universidade é uma universidade pública federal, e tenho convicções que um dos seus problemas é permanecer muito dentro dos seus próprios quarteirões. Tenho dito que temos que atravessar estes muros e não vejo este debate como uma questão intra-muros. Nós temos que ter, como instituição pública, um respeito pela opinião



Da esquerda para a direita: professores Walter Nique, Roberto Py, Vera Moraes, Ema Leboutte e José Vicente Tavares

pública. Veja que a Constituição determina uma autonomia didática, científica e administrativa, de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas ela

“... a universidade é um aparelho do estado, organizada pelo estado, e ela vai refletir o estado. Estamos sonhando quando desejamos alguma mudança, enquanto não mudar a forma de poder do estado”. (Ema Leboutte)

também determina a gestão democrática do ensino público na forma da lei, que poderá ser a Lei de Diretrizes e Bases, definindo a gestão democrática da universidade. Nós temos que nos abrir. A sociedade está aí, ela nos cobra, ela nos exige um certo grau de participação e produção. Acho que temos que ter uma participação da comunidade, e é evidente que hoje ela é uma participação patronal. São os chamados representantes da classe produtora, diria representantes do capital, mas acho que deve haver participação da comunidade que deve incluir participação de ex-professores e ex-alunos, além de uma participação do segmento do trabalho, porque eles também são usuários dos nossos serviços.

JOSÉ VICENTE — Ainda existiriam pontos fundamentais no estatuto que versariam sobre o próprio perfil da universidade que se quer. Por exemplo, o que significa uma universidade pública numa sociedade desigual, ou como definir a relação universidade empresa? Afinal, qual o papel de uma universidade pública numa sociedade como a brasileira?

WALTER NIQUE — Volto à idéia que a universidade é algo tão complexo em termos de geração de conhecimento, que a gente busca qual é o fio condutor que passa por toda a universidade. Ora, o fio condutor passa por três palavras que são por demais conhecidas. Porém, acho que deve estar calcado principalmente numa delas, na pesquisa, entendendo a universidade como um instrumento de pesquisa que transmite à comunidade, seja através do ensino ou da extensão. Parece-me que há um tabu muito grande em determinadas áreas da universidade, que empresa produtora ou qualquer coisa que diga respeito à empresa deve ser excluída da universidade, porque, em princípio, ou é capitalista, ou é fascista, ou qualquer outra coisa parecida, e não é verdade. Por exemplo, quando se fala no caso específico da área da administração, devemos ter um conceito amplo de universidade. A administração não pode ser administração de empresas, mas deve ser administração de organizações, sejam elas empresas, sindicatos, cooperativas, etc. Então é complexo. Sei que as organizações ditas empresas, sejam elas públicas ou privadas, têm necessidade de gente capacitada em administração, seja a nível subalterno ou a nível de gerência geral. Ora, se elas têm necessidade, elas esperam que a universidade forme gente nesse nível. Então vamos partir para a discussão do estatuto e sem idéias pré-concebidas, sem

exclusões a priori. Todos devem participar como se está articulando, porque tudo isso é a sociedade brasileira.

ROBERTO PY — Não discordo do que colocou o professor Nique em termos gerais quanto à universidade, de que ela seja alicerçada na pesquisa e de que o ensino e a extensão sejam uma decorrência desta pesquisa. Agora, em linhas gerais, para uma universidade no mundo atual, para o estágio de desenvolvimento que o nosso País se encontra, e principalmente com os problemas de nossa população, acho essencial uma universidade que faça extensão tendo uma visão de extensão como uma fonte de identificação de futuras pesquisas. O trabalho de extensão pode levar conhecimento à comunidade, mas ela tem sim que trazer desta comunidade as suas necessidades em pesquisa para que nós, como organização pública, possamos de certa forma contribuir para uma melhoria efetiva do grau de desenvolvimento de nossa população. É evidente que nos interessa uma excelência acadêmica, mas tem que nos interessar também desenvolver instrumentos para chegar a algum tipo de melhoria para a população. Temos que dar primazia à pesquisa dirigida para as reais necessidades da população.

VERA MORAES — Já foi discutido isso na III Câmara, e um dos aspectos que eu gostaria de destacar é que a universidade tem que se colocar dentro de um projeto político mais amplo, e que é preciso trabalhar efetivamente com as relações da universidade com a sociedade. Neste sentido é que temos que caminhar, para pensarmos a universidade que precisamos ter.

EMA LEBOUTE — Quando eu digo que a universidade pública é um reflexo do aparelho do estado, é óbvio que o projeto político desta universidade vai ser o projeto político do estado. Se não for democratizado o estado através do povo, tendo a universidade como papel facilitador, pergunto qual o projeto político que vai ter o estado para o ano 2.000? Vai depender das forças políticas que ascenderem ao poder. Estas forças vão definir que projeto de universidade? Os enfoques das necessidades do povo vão ser aqueles que a visão política que estiver no poder vai indicar, e esta universidade, sendo pública, vai se moldar. Então, o tal compromisso social da universidade, que é a bandeira levantada, é um compromisso social definido pela sociedade dominante. Agora, eu posso querer que a sociedade seja uma sociedade socialista, e como vou lutar para isso? Não é dentro da universidade. Eu vou lutar dentro de um partido político. Na universidade, eu vou cumprir as minhas competências específicas, que é ensinar, fazer pesquisa e tentar construir experiências para a universidade através da extensão.

JOSÉ VICENTE — Gostaria de pedir aos professores as considerações finais no eixo da relação estatuto da UFRGS com o significado da universidade frente ao estado e à sociedade. Sendo os senhores membros do CONSUN, que tem o poder substantivo de decisão, como vêem as possibilidades de encaminhamento destas questões para todos os segmentos intra-universitários e extra-universitários?

ROBERTO PY — Neste momento, apesar de ter a convicção de que aquela decisão do

Rurico Resquim

CONSUN de certa forma inibiu, tolheu a participação é inegável que têm surgido propostas, documentos, manifestações à Comissão do CONSUN, e também é inegável que uma boa parte destas manifestações se referem a uma rediscussão do processo decisório. Acho que nós, do CONSUN devemos nos preparar para, de acordo com as manifestações, eventualmente rever a decisão. Acho que se for manifestado por documento e sendo uma constante este desejo de uma participação no poder decisório, é evidente que o CONSUN deverá ter o mínimo de sensibilidade política para rediscutir a questão. Gostaria de dizer ainda que, quem sabe a ADUFRGS e a Direção da Rádio pudessem sistematizar estas discussões, trazer outras pessoas aos debates, e fazer um programa semanal, de modo acostumar os ouvintes a um horário para a discussão do estatuto da universidade.

VERA MORAES — Eu diria que, em relação às decisões que o CONSUN possa vir a tomar em relação ao estatuto, me parece que é característico da real democracia examinar as situações e revisar suas próprias decisões. Nesse sentido, acho que há uma possibilidade de, a partir destas colocações, das exigências e necessidades dessa mesma comunidade a que nós pertencemos, o CONSUN venha rediscutir e revisar as suas decisões. E usando as palavras do professor Joaquim Severino, que diz “a universidade não pode se responsabilizar pela democratização da sociedade, ela não é a fonte geradora desta democratização, mas, por outro lado, ela não pode esperar uma democratização da sociedade para vivenciar em si mesma uma experiência democrática”. Uma estruturação e um funcionamento democrático dos processos administrativos e educacionais na universidade são necessários e viáveis dentro das limitações da realidade histórica vivida por esta instituição hoje no Brasil, e eu acredito que, trabalhando na mudança do estatuto, nós teremos condições de conseguir uma universidade melhor e mais capaz ao nosso país.

“Estou seguro que o CONSUN não vai rever suas decisões, principalmente porque ele instalou um processo e deu prazo para esse processo”.

(Walter Nique)

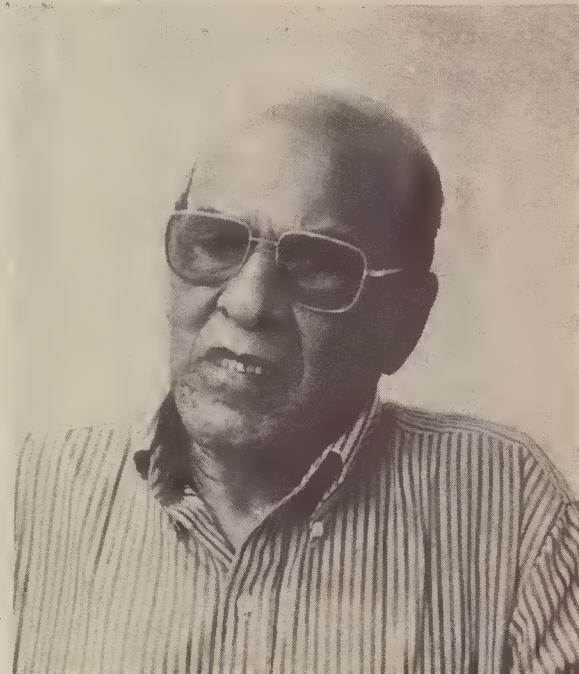
EMA LEBOUTE — Quando se discute mudança de estatuto, eu pergunto: mudar o quê e por que? Acho que se fizéssemos uma enquete entre os professores, perguntando se eles sabem como é a estrutura atual da universidade, não sei se teríamos uma resposta que chegasse a 20%, porque, como consequência destes anos que nós vivemos desagregados, cada professor é um pesquisador na sua salinha e só se interessa pela estrutura desta universidade, que dirá os alunos. Então, como se vai opinar sobre a mudança de estatuto quando não se tem claro como é a estrutura da universidade? Isto faz parte do trabalho de estudar a universidade. Onde ela esbarra, como se compõem as forças dentro da universidade que definem quem detém o poder. Um dos objetivos do estatuto é mudar a estrutura de poder da universidade, democratizando-a ou não?

WALTER NIQUE — Estou seguro que o CONSUN não vai rever suas decisões, principalmente porque ele instalou um processo e deu prazo para esse processo. Como pode voltar atrás quando ele instala uma Comissão e esta tem prazo até 30 de dezembro para apresentar todas as sugestões? A partir dessa data, podemos discutir outras decisões do CONSUN, mas ele não volta atrás nas decisões. Na primeira reunião de janeiro, o CONSUN vai tomar conhecimento das informações recebidas pela Comissão. Esse processo está andando muito rapidamente. A Comissão está recebendo as propostas e, a cada fim de mês, nós reenviamos todos os aportes feitos durante o mês. Dia 30 de dezembro, as propostas serão enviadas ao CONSUN e ele tomará as decisões que julgar cabíveis em função de todas as colaborações que vierem da comunidade, quer dizer, não será um redirecionamento, mas sim o fim de uma primeira fase do processo.

ELOY MARTINS

Memórias de um militante

O metalúrgico e sindicalista Eloy Martins teve intensa participação na história do movimento sindical no Rio Grande do Sul. Líder político e sindical, foi membro do PCB no estado e vivenciou as histórias das lutas da classe operária. Em outubro, Eloy lançou o livro "Um Depoimento Político — 55 anos de PCB". São as memórias de um metalúrgico que, num depoimento rico, marcado por caminhos, pessoas e fatos, revelam um ator da nossa história. Mais do que isso, o livro é um testemunho absolutamente atual, que se coaduna com o momento político que vive o País. A entrevista foi realizada com a participação da professora Maria Luiza Martini, do Departamento de História do IFCH da UFRGS.



Ilton Sasser

MARIA LUIZA - Eloy, qual foi tua trajetória no movimento sindical?

ELOY MARTINS - Entrei muito jovem na luta sindical, como operário, aos 16 anos. Naquela época, não se entrava diretamente para a organização política. Aos 17 anos, estava no Bloco Operário Camponês; em seguida, na União Profissional dos Metalúrgicos.

Muita gente pensa, gente culta, que a luta de classes é inventada ... nunca! Ela é um processo de composição da sociedade, ... onde uma classe trabalha e a outra explora. Tem que haver luta, não uma luta de confronto, de extermínio, mas uma luta em função de melhores condições de vida. Quer dizer, há um antagonismo e uma unidade ao mesmo tempo.

Após a União Profissional dos Metalúrgicos eu tentei com os companheiros fundar um sindicato em 1931. Aí comecei a militância pelo sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre. Posteriormente, ocupei cargos menores... Em 1933 eu já era secretário sindical do Partido (Partido Comunista).

Em 53/54, fui eleito vice-presidente da União Internacional dos Metalúrgicos, e então, estes cargos já denotavam que a minha situação de líder sindical passava para líder político, ou seja, o problema sindical já era secundário. O sindicato é uma espécie de escola, mas não é suficiente para suprir o desejo de um operário esclarecido, e aí se passa para uma atuação política mais ideológica.

MARIA LUIZA - E no Partido, como começastes?

ELOY - Comecei como militante de base, na célula. Entrei para a célula metalúrgica, e dali passei a secretário da secretaria sindical, sendo que nesta, a minha atuação era dentro do sindicato, não em função de cargos, mas em função de organizar os trabalhadores na empresa. Então, como secretário sindical, consegui absorver o pensamento dos líderes sindicais, dos elementos do sindicato, por uma vivência muito concreta do dia-a-dia com o trabalhador. O meu interesse era conhecer a vida dos trabalhadores na empresa, a vida dos patrões, como eles viviam e como vivia a classe trabalhadora. Tive muita experiência de como se atua junto à classe operária, das lutas, das vitórias e derrotas que se tinha na época, e a partir disso eu passo para uma atuação de maior responsabilidade. Meu espaço no Partido não foi conquistado por benevo-

lência, mas pela minha responsabilidade adquirida por mim mesmo. Quando entrei para o Partido, era secretário político o Mário Couto, e o seu trabalho era tão eficiente que sempre quando entrava um militante para o partido era batizado com um nome de guerra, e ele me batizou com o nome de João. Como ele era João também, me deu o nome de João II. Hoje eu analiso bem o porquê disso. Nós éramos quase da mesma idade. Depois, passei para o Comitê Municipal com cargo de secretário sindical. Logo em seguida, secretário do Comitê Estadual. Estes cargos subiam e baixavam, porque a minha posição era sempre muito divergente da posição do Partido. Então, me tiravam da secretaria sindical e me colocavam na Comissão Sindical, porque eu não estava atuando de acordo com as normas e com as resoluções do Partido. Quero colocar que havia as divergências porque o meu problema era diferente da grande parte da classe operária, onde a consciência vinha de fora e a minha, vinha do instinto de classe e da experiência partidária.

Então, havia este choque dentro do Partido, onde uma ideologia teórica e uma ideologia prática se confrontavam. No Comitê Estadual, fui secretário sindical. Em 1961, quando houve a grande divisão do partido em PCB e PC do B, assumi a 1ª secretaria do Partido, deixando-a somente em 1967. Isso foi até o 6º Congresso, porque eu venho sempre com a mesma linha, e é interessante por nunca ter abdicado disso. Às vezes, o choque era tão grande que eu vacilava, tinha medo de ser muito obreirista. Mas os fatos me mostravam que o certo era eu. A luta interna foi dura porque grande parte da direção era de intelectuais.

MARIA LUIZA - Como aconteceu tua saída do Comitê Central e deu aquela confusão com o Prestes?

ELOY - De 1961 a 1964, houve um grande movimento popular progressista democrático no País até o golpe. Nesse período, senti que as minhas idéias, forjadas com as leituras e com as experiências da Revolução Russa de 1905 e 1917, amadureceram. Eu já tinha essa capacidade de análise e analisando as lutas desde a minha entrada no Partido até a década de 60, cheguei à conclusão que estávamos atravessando um processo de avanço ideológico e político do povo brasileiro, particularmente da classe operária. Houve o grande movimento no RS e particularmente em Porto Alegre (Legalidade) na época do Brizola. Aquele

movimento me convenceu que o processo revolucionário dependia fundamentalmente da mobilização popular e particularmente da classe operária. Os contatos com determinadas pessoas e especialmente com Brizola e seus po-

"De 63 a 64, o País passou por um período pré-revolucionário que não existirá jamais..."

sicionamentos, me davam a impressão que o Partido estava fora da realidade! Jango tinha conseguido com o seu poder de presidente e com o plebiscito que deu a ele autoridade como presidente da República, mas continuavam no poder aqueles elementos que haviam ameaçado o golpe em 1961.

O Partido se absteve de aprofundar essa questão. Estes sempre foram os seus maiores erros, ou seja, pegar as coisas por cima, pela conjuntura, e não aprofundar as questões sócio-econômicas que se geravam no País. De 63 e 64 o Brasil passou por um período pré-revolucionário, e o que existiu naquele período jamais existirá no Brasil. Isto porque a burguesia tirou a experiência, e o Partido, não. O Partido continuou no mesmo passo, na mesma cadência. O movimento operário ainda não ideológica, mas politicamente, estava avançado. Conseguiu-se a unidade dos comunistas e dos petebistas. As greves de apoio ao Jango em 1962 foram as maiores greves, trazendo a assinatura de todos os dirigentes sindicais. Então, o fundamental se tinha. Uma unidade da classe operária. O movimento camponês também estava em ascensão, e o Partido, assim como o PTB, tinha grande influência. Sargentos e soldados se manifestavam, faziam as suas organizações. Elegeram dois deputados que entraram em demanda contra a oficialidade. O Partido tinha um certo prestígio inclusive nas Forças Armadas, por intermédio do Prestes. As greves de apoio ao Governo eram impressionantes, mesmo que um fator importante fosse o apoio do Governo. As condições pré-revolucionárias estavam ali, e era preciso que o Partido se desse conta disso para trabalhar nesta situação, mas não; ao

contrário, deixou que o presidente da República começasse a decidir as questões. No fim de 1963, o Partido fez uma reunião e eu tive a oportunidade de conversar com Prestes. Aí, com mais convicção das minhas posições, disse: "Eu, como 1º secretário do Partido no Estado, estou incapacitado de dar explicação para as coisas que estão acontecendo. Há uma espécie de rebeldia popular e particularmente nos sargentos e soldados, sendo que um dirigente de partido tem que dar soluções, saber definir o que tem que se fazer". Porque a tarefa deste setor era dele, mas a massa extrapolou a organização do Partido. O Partido não tinha, por exemplo, célula de soldados. Eu perguntava "o que vamos fazer com essa gente?" e ele dizia "tem que colocar qual é a orientação do Partido". "Bom, mas isso aí é pouco, temos que dizer pelo menos "vocês ficam numa posição de espera, porque vem uma orientação pra vocês" e o Prestes disse "não, porque isso seria uma provocação".

MARIA LUIZA - Foi a partir disto que se cristalizou a diferença?

ELOY - Até ali eu sempre esperava pelo Prestes, porque era uma pessoa com certa experiência de luta, honesto, sério, mas que sempre me desiludia, porque ele acomodava as coisas, não dava aquela saída que eu achava que o Partido deveria ter. Um partido da classe operária tem que orientar essa classe em qualquer situação. É para isto que existia um elemento sindical dentro do Partido.

MARIA LUIZA - Sentiste falta do João I?

ELOY - É claro, dentro de uma organização já de classe operária, baseada numa visão de ciência como é o Marxismo, tem de ser diferente do sindicato, onde estão todos os pensamentos, convicções religiosas e filosóficas, etc. E a gente vai ao partido por essa diferença.

Senti isso neste encontro com o Prestes, daí eu sugerir que o Partido tivesse uma posição melhor, porque se não, eu disse, vamos perder o prestígio que o Partido tem. E o Prestes respondeu: "Bem, se tu achas que o problema é guerrilha, é só procurar-mos armas".

"Revolução não é dar tiros, revolução não é insurreição, revolução pode ser pacífica..."

Isto foi uma grande incompreensão do Prestes. Revolução não é dar tiros, revolução não é insurreição, revolução pode ser pacífica, com algumas escaramuças, ou pode ser uma insurreição. Olha a Revolução Russa. Ela não foi violenta no início, foi uma espécie de golpe de Estado. Os companheiros não entendiam bem a coisa de mobilizar a massa num confronto. Se faz uma greve geral, duas, existe a mobilização, mas pra quê? Para apoiar, o Governo? Não!

MARIA LUIZA - Quer dizer que o Partido não soube dirigir, estabelecer uma ligação popular profunda? Mas esse não é o problema de sempre, a relação entre o Partido, os operários e a população?

ELOY - A classe operária é por excelência economicista. Operário vai para o sindicato para lutar pelo aumento salarial, com as lutas a gente vai compreendendo.

MARIA LUIZA - Fazendo uma teoria ...

ELOY - E procurando um caminho.

MARIA LUIZA - Um método.

ELOY - Um caminho tirado das experiências da classe operária, isto é, a ciência da classe operária. Nisto, o sindicato tem por excelência a tarefa de lutar por melhores condições de vida para a classe trabalhadora. A tarefa política do sindicato não é em função de mudar um Governo, mas sim a solidariedade, e nós aqui no RS tínhamos muita consciência disso. Quando saía uma greve, nós ficávamos esperando o momento em que fosse preciso parar em solidariedade aos companheiros. A classe operária só faz o seu movimento quando ela tem consciência que, numa greve como a de Volta Redonda, em que foram assassinados três operários, ela tem por obrigação dar solidariedade, e esta é a importância política do movimento operário. Quer dizer, a classe operária precisa estar nesse nível para fazer greve política, e no Brasil estava só fazendo greve política para mudar um elemento no Governo, então estava desguarnecendo a classe operária.

MARIA LUIZA - As greves deveriam ter começado em solidariedade a outros trabalhadores ... greve é que não faltava.

ELOY - Então! Qual é a posição do sindicato, e para que existe esquerda dentro do sindicato? É para dar capacitação política para os operários! Se os trabalhadores do Brasil estão aptos a deflagrarem uma greve política sem apoio ou paternalismo algum, então esta classe operária está disposta a tudo. Mas a insurreição não depende da classe operária, a classe não quer guerra civil, mas ela vai se defender, dependendo do que vier pela frente. É para isso que se precisa ter um nível político elevado e que não existia naquela época, por culpa de uma organização que deveria garantir a sua total articulação.

MARIA LUIZA - Quer dizer, não tirou as lições, como no caso da Legalidade?

ELOY - O problema num partido po-

lítico é a autocrítica. Se há um movimento vitorioso, se faz um balanço do porquê foi vitorioso. E se derrotado, a mesma coisa. Por exemplo, quando houve a morte de Getúlio, nós tivemos que guarnecer o patrimônio do partido, porque se não a massa iria liquidá-lo, como foi o caso da redação do jornal "Tribuna Gaúcha". No mesmo ano, o Partido fez um Congresso onde isso não foi analisado. Aí, a massa estava indo para um lado - com o Getúlio - e o Partido para outro, o da direita, afastado do povo. No Congresso não houve uma palavra de autocrítica.

Em 1961 houve mobilização popular, mobilização de massa, sem nenhum tiro e pela primeira vez o sindicato e a sua cúpula sindical mobilizaram a classe operária ... O governo de JK era apoiado pelo Partido e pelas massas populares. Apresentava lados positivos e democráticos e tinha um lado negativo, que era de descarregar nas costas da classe trabalhadora as dificuldades. Bem, elas atingiram o Governo do Estado na época do Brizola. Em 1961, o movimento sindical estava dominado por duas tendências: PCB e PTB. O PCB dominava o movimento sindical, apesar de não termos um trabalho eficiente como deveríamos nas empresas. Não foi difícil a mobilização dos portuários, dos transportes e a mobilização de outros setores. Nisto o Partido deu uma grande contribuição, pois foi a maior mobilização de massas até aquele momento no Estado. Foi uma grande experiência do que é um processo revolucionário, ou seja, é um processo de massa, é a sua mobilização, e isso é que fez os golpistas voltarem atrás. Quem deveria tirar experiência disto recebeu menosprezo da direção. Em 1964, ela aplicou o que tinha sido feito no RS em 1961 e fez a passeata do Rosário.

MARIA LUIZA - Sempre colocas como importante a solidariedade entre a classe operária. Achas que a tática dos anos 30, por exemplo, ainda funcionaria hoje, quando a cabeça do operário está tão modificada pela influência dos meios de comunicação?

ELOY - Quem viveu na empresa vários anos como trabalhador, sabe que há uma certa fraternidade. A solidariedade está em primeiro lugar. Eu não participei da atividade sindical nesse momento de euforia da TV, mas pela experiência, eu diria que coisas de outra época ainda atraem, por exemplo: o futebol, o carnaval. O sindicato tinha um bloco carnavalesco, e o partido também.

MARIA LUIZA - Tu saías no Carnaval?

ELOY - Saía, sim.

MARIA LUIZA - Eloy, o PCB esteve perto do poder em 45. O que pensas dos resultados das eleições presidenciais no Brasil?

ELOY - Houve um grande avanço da esquerda. Foi a primeira vez que se constituiu uma verdadeira frente das forças progressistas do país. A política exercida pelo PT e particularmente pelo Lula conseguiu a maior mobilização popular depois das "Diretas Já". A direita ganhou as eleições no desespero da demagogia e do poder econômico, mobilizando conservadores e os setores mais atrasados da sociedade. O Collor imitou o Jânio.

MARIA LUIZA - O que tu lias quando pequeno?

ELOY - Quando era guri, comecei

a ler o jornal *O Estado de São Paulo*. Trabalhava no hotel da Dona Ju em Laguna e era encarregado de buscar as correspondências e os jornais para os hóspedes. Pegava os jornais e já vinha lendo, os jornais mais importantes do Brasil. Tive muito contato com gente culta da época. Rui Barbosa passou pelo hotel. Havia um juiz de Direito, que era da família Toledo Pisa, de São Paulo, e ele eu conversávamos muito. Sempre gostei de ler. Só leio e escrevo. É meu vício. Não havia rádio, era caixa de música. D. Maura, minha mãe, era o tipo da Angelina (sua esposa). Era muito fraterna. Em relação ao meu pai, ela compreendia a luta e apaziguava o velho. Uma vez, a polícia "bateu" numa reunião e cheguei em casa com a roupa toda suja e rasgada. Ela fez que eu tirasse a roupa e escondeu. Meu pai apoiava, mas era mais sindicalista. Um irmão foi o único que me acompanhou. Era anarquista, e há suspeitas de que tenha sido liquidado pela polícia dos Flores.

MARIA LUIZA - A linguagem do teu livro é muito saborosa. Tem um gosto de década de 40. Além de jornal, que outras leituras te influenciaram para escrever?

ELOY - Elementos do Partido. Por exemplo, o Leôncio Basbaum, que era médico, ele escreveu muito. Escreveu *A História da República, Memória, A Vida em Seis Tempos*. Tudo isto eu li. Ele vivia em função de trabalhar pelo Partido.

MARIA LUIZA - Eloy, estiveste à beira de morrer várias vezes por um ideal. Sem este ideal, tu declaras no livro que não sabes se teria podido viver. Por que alguém é militante?

"É difícil transformação com democracia, porque a classe dominante não aceita a vontade popular"

ELOY - Eu tenho uma compreensão da vida muito materialista. A pessoa começa a morrer quando nasce. Então, a vida é uma coisa insignificante. Temos que partir daí, para ver como a gente é insignificante. Quando a pessoa tem essa compreensão, acontece aquela simplicidade ... Tem gente, como a minha mãe, que não tinha a cultura livresca, mas que tinha talento. Pegava as coisas facilmente ...

MARIA LUIZA - "Logo que a gente nasce, a gente começa a morrer". O que tu queres dizer com isto?

ELOY - Por que não haver fraternidade?

MARIA LUIZA - Se a gente é tão insignificante, por que haver o orgulho? O valor maior é a fraternidade?

ELOY - Por que não existir solidariedade? Na classe operária, existe isso. Esta fraternidade, esta unidade que se consegue construir forçado, quase, por que é na empresa. O patrão exige que se chegue na hora, que não converse ... e toda essa disciplina.

MARIA LUIZA - Em certas passagens do livro, colocas muito claramente que é difícil fazer uma revolução com liberdade, com democracia. Por quê?

ELOY - É difícil com democracia, porque a classe dominante não aceita a vontade popular.

Tem gente que fala na democracia como verdade universal, mas é preciso diferenciar democracia num país capitalista e democracia num país socialista. Num país capitalista, democracia é isto que nós vemos. Em 100 anos de República, é a primeira vez que temos uma eleição deste tipo. Num país socialista, a democracia é diferente. O que está havendo nos países socialistas? É que a democracia foi desrespeitada. Desrespeitaram a própria Revolução de 17, que foi para dar democracia para a maioria. Mas o que houve? Aconteceu que a classe operária foi colocada para baixo, e subiram aqueles que usufruem da situação. Se constituiu uma burocracia. Planificaram e mandaram para a classe operária executar. A classe operária não teve liberdade para dizer "não, isto aqui não está certo".

MARIA LUIZA - No final do livro, tu refletas sobre a Perestroika. Tu achas que nos países socialistas vai ser possível construir uma autogestão?

ELOY - Lógico. Marx e Lenin já previam que é necessário um nível de produção muito avançado, para que a produção corresponda às necessidades do povo. A URSS era o País mais atrasado do mundo e teve que desenvolver com suas próprias forças. Tanto Lenin como Marx esperavam que a Revolução Russa fosse acompanhada da revolução europeia, que foi derrotada. A Revolução Russa ficou isolada. Que devia fazer o Lenin? Entregar? Não. Na minha opinião, o que fizeram os soviéticos foi uma coisa impressionante. A Revolução devia ser permanente, como queria Trotsky, mas naquela época o Lenin disse bem: "Agora não dá, vamos ser derrotados". Stalin pegou o abacaxi na mão. O Estado estava num processo revolucionário e tomou aquelas atitudes, que na minha opinião, foram atitudes revolucionárias. O que houve na Revolução Francesa? Os seus "cabeças" foram para a guilhotina, não foram? Stalin estava num processo ainda revolucionário necessário. O equívoco foi continuar com essas práticas, quando não era mais necessário. Se criou a concepção stalinista, que não é a concepção da classe operária.

MARIA LUIZA - Eloy, e no Brasil, como vês a oposição dentro desse novo quadro?

ELOY - Como de outras vezes, é preciso estar atento para não cair nas ilusões eleitoreiras: discussões de cúpula sobre candidaturas, justificativas teóricas desse e daquele candidato. Enquanto isso, a carne vai a NCz\$ 105,00 o quilo, o Simon consegue um empréstimo de cem milhões de dólares, mas o Brasil, só de juros, tem que pagar 5 bilhões, e o povo é afrontado pelas viagens de marajá do novo presidente. Isso deveria ir à rua. O povo é que está precisando de assembleia. Termina a eleição e termina a mobilização. Isso é que não pode acontecer. Enquanto o Leste europeu luta por mais democracia, porque o povo tem com o que comprar, mas falta o produto, aqui tem tudo, mas o povo não tem renda. Eleição em 90, 91, 92 não soluciona isto. Daqui a pouco a situação se encaminhará para o protesto espontâneo, e a Frente Popular tem que trabalhar rápido para não perder a liderança dessa situação.

ESTATUTOS

COMUNIDADE QUER REVISÃO DA DECISÃO DO CONSUN

Todos os setores da Universidade têm-se mobilizado na discussão da reforma do Estatuto, a partir da decisão tomada pelo Conselho Universitário dia 2 de setembro. De acordo com a decisão, o CONSUN vai receber as sugestões das Unidades e elaborar o novo Estatuto, aprovando-o.

Até o momento, entretanto, uma questão preliminar tem sido marcada em vários setores, como algumas unidades, e as entidades representativas das três categorias (ADUFRGS, ASSUFRGS e DCE), que é a de que seja definido o

Na mesma Assembléia, que reuniu os três segmentos (professores, funcionários e estudantes), os presentes resolveram reivindicar a instalação de um Congresso Estatuinte. Os presentes analisaram, ainda, as diversas questões pertinentes ao atual processo de discussão dos Estatutos. "Ela deve ser não a discussão de um documento legal, mas a discussão de pontos-chave da vida da universidade brasileira", analisou a professora Maria da Glória Bordini, da Comissão Estatuinte do Instituto de Letras.



Rosane Talayer de Lima

Prédio da Reitoria da UFRGS

poder de deliberação final da comunidade na aprovação do novo Estatuto.

A ADUFRGS, em assembléia geral dia 12 de outubro, deliberou que a participação dos docentes no processo de discussão sobre a reforma dos Estatutos é preliminar a qualquer outra discussão. Aguarda o encaminhamento a ser dado pelo CONSUN e, enquanto isto, promoveu uma consulta à comunidade docente, dias 6 e 7 de dezembro, sobre qual a melhor maneira de participação no processo, através de uma Estatuinte exclusiva, de um Congresso Universitário ou somente pelo Conselho Universitário.

A ASSUFRGS, da mesma forma, questiona como se procederá a elaboração do novo Estatuto, e quem vai deliberar sobre o mesmo. Para os servidores técnico-administrativos, o novo Estatuto deve ser elaborado por uma Estatuinte paritária, soberana, exclusiva e democraticamente eleita.

O DCE, por sua vez, a partir da votação do CONSUN que derrubou uma proposta que previa ampla participação da comunidade, nega-se a participar das discussões na forma como foi definido pelo CONSUN. Os estudantes da Veterinária, a partir de uma Assembléia da Comunidade do Campus do Vale, chamada pelo Instituto de Letras dia 31 de outubro, passam um abaixo-assinado exigindo a revogação da decisão do Conselho.

Exigir um novo ordenamento das discussões por parte do CONSUN é também a decisão do Departamento de Solos, tirada por unanimidade em reunião dia 24/11. No texto remetido ao professor Walter Nique, presidente da Comissão do CONSUN encarregada de receber as sugestões e opiniões da comunidade, consta "que o Conselho Universitário da UFRGS reconsidere a decisão tomada relativamente ao processo de elaboração do novo Estatuto, de forma a permitir uma dupla e efetiva participação de alunos, professores e funcionários, inclusive no momento de decisão final".

Também se manifestaram no sentido de pedir a revisão da decisão do CONSUN e requerendo uma definição sobre a instância final de decisões, o Conselho Departamental do Instituto de Matemática, o Dept. de Psicologia, a III Câmara do COCEP, a Comissão de Extensão da Área I (COMEX I), a Comissão de Carreira (COMCAR) da Educação, COMCAR da Agronomia e a comunidade da Faculdade de Enfermagem.

Até o dia 14 de fevereiro, mais sugestões haviam chegado ao CONSUN. Este deve encaminhá-las ao conhecimento da comunidade no começo de março.

ANDES-SN faz

IX Congresso

Mais de 300 professores, representando 70 Associações de Docentes, participaram do IX Congresso da ANDES – Sindicato Nacional, de seis a dez de fevereiro, em Londrina, Paraná.

Ao longo do Congresso, houve seminários sobre: Regime Jurídico Único e Diretrizes de Planos de Carreira (matéria na página 13), Avaliação e Autonomia e Conjuntura Econômica. Os Grupos Mistos discutiram: Movimento Docente e Conjuntura, Política Educacional e Questões Organizativas e Financeiras.

O IX Congresso da ANDES-SN definiu vários encaminhamentos, que podem ser assim especificados:

LDB – Pressionar o Congresso, responsabilizando-o por uma discussão mais ampla sobre a Lei de Diretrizes e Bases, antes de ser votada. Desta nova Lei dependerá o desenvolvimento e a qualificação da Escola Pública e Gratuita em nosso País, a democratização e a autonomia das IES (Instituições de Ensino Superior).

REGIME JURÍDICO ÚNICO E DIRETRIZES DE PLANOS DE CARREIRA – Discutir o RJU e as DPC, pois nossa exclusão do debate será inútil do ponto de vista legal, pois, queiramos ou não, o Projeto de Lei está em tramitação, e nele estaremos necessariamente enquadrados. Não podemos nos isolar do movimento dos Servidores Públicos Federais, e não podemos perder a oportunidade de influenciar nas diretrizes gerais, que devem se fundamentar no mérito e na

qualidade de trabalho, nos princípios de transparência administrativa, com postulados eticamente defensáveis e dentro da concepção de servidores "do público". O atual projeto de lei (n.º 4059) desenvolve um plano semi-acabado e viciado, e se constitui em verdadeiro "plano de carreira de burocratas", cujo objetivo geral é ser "chefe ou diretor".

SALÁRIOS – Articular nossas lutas com os trabalhadores em geral, em defesa de uma política salarial justa e de melhores condições de vida e trabalho. Manter coesa a luta sindical e política com os servidores públicos federais para enfrentar um ataque cerrado do governo Collor aos servidores, às suas entidades e aos movimentos de greve. A luta desenvolvida durante 89, em que o MD se uniu ao movimento dos servidores das universidades e aos alunos, conseguiu mostrar a nossa força, capaz de levar o Governo a conceder várias reivindicações salariais. Quanto às verbas, o Governo não cumpriu o prometido. Ganhamos mas não levamos.

SINDICALIZAÇÃO – Transformar as AD's em Seções Sindicais. A ANDES-SN vem sofrendo uma série de ataques por parte de confederações, federações e sindicatos ligados ao sindicalismo tradicional brasileiro. Cabe-nos implantar de fato nosso sindicato na UFRGS, transformando a ADUFRGS em ADUFRGS-Seção Sindical para consolidação dos princípios de autonomia e democracia que devem embasar a luta organizada dos docentes a nível nacional.

SISTEMÁTICA DO CONGRESSO

Antecedendo ao Congresso, dia cinco de fevereiro, os Grupos de Trabalho da ANDES-SN, de Política Educacional, Sindicalismo, Verbas e Questão Agrária, reuniram-se com o objetivo de acrescentar elementos aos textos publicados pela ANDES-SN no Boletim preparatório ao encontro. Estes textos foram debatidos posteriormente pelos Grupos Mistos, constituídos de aproximadamente 30 delegados.

Após as reuniões dos Grupos

Mistos, são feitas as plenárias que, com quórum mínimo de 50% mais um dos delegados, tem a finalidade de discutir as propostas tiradas pelos diferentes grupos e votar o texto final (a ser publicado no Boletim da ANDES-SN).

Um Congresso tem por objetivo discutir, abrir espaço para sugestões, aprovar e/ou vetar textos, que servirão de embasamento teórico nas discussões das bases do movimento, no caso, as AD's Seções Sindicais.

Seminário debate

Regime Jurídico Único

O Regime Jurídico Único — RJU e as Diretrizes de Planos de Carreira — DPC, foram amplamente discutidos, durante o IX Congresso da ANDES-SN. O Seminário sobre o assunto teve a participação da deputada Irma Passoni (PT-SP), que preside a Comissão de Serviços Públicos da Câmara dos Deputados; do dr. José Francisco Siqueira Neto, consultor jurídico da ANDES-SN; de Flávio Tomelli, membro da Comissão inter-entidades dos Servidores Públicos, voltada para discussão do RJU e DPC e de Vanderli Fava de Oliveira, diretor da ANDES-SN, Setor das Federais. O Seminário foi coordenado pelo presidente da ANDES-SN, Sadi Dal Rosso.

Debater e lutar pelas alterações do RJU têm um alcance muito maior do que possa parecer, à primeira vista, segundo colocou, na introdução ao Seminário, o presidente da ANDES-SN. “No RJU está centrada uma das questões fundamentais da organização da sociedade brasileira, que é a democratização do Estado”. A ANDES-SN entende que há necessidade de uma transformação na administração pública brasileira e na sua relação com os seus servidores, e a relação destes, por sua vez, com o público. Historicamente, o Estado construiu tipos de práticas na sua administração, em que prevaleciam o clientelismo, o apadrinhamento, o nepotismo, etc. De acordo com Sadi, “uma noção que entendia o servidor público apenas como uma peça da engrenagem do Governo, portanto, lhe negava direitos mínimos enquanto trabalhador e enquanto cidadão. Mais do que isto, entendia a população beneficiária do serviço público, apenas como quem recebe um serviço, e não como cidadãos que contribuem com seus recursos para que o Estado possa oferecer certos serviços com qualidade”.

Para a ANDES-SN, esta é uma luta na qual o MD entra para ficar. Terminado o processo de regulamentação da Lei (dia cinco de abril, pela Constituição), “continuará a briga pelo estabelecimento de uma forma de negociação, de uma forma de relação com o Governo e o Estado, distinta daquela que foi se construindo e se ingressando através do tempo”.

A deputada Irma Passoni fez um relato histórico da problemática administrativa nos países latino-americanos através dos anos 50 e 60. Houveram, então, muitas discussões que levaram a conclusões que seriam princípios básicos para o sucesso das administrações públicas. Hoje, estes princípios são a meta a ser alcançada na luta pelo RJU. O primeiro deles, seria ter uma visão aberta da administração, democrática, onde os chefes e os mandatários do poder não decidam sozinhos, e que haja a garantia de um sistema aberto; em segundo lugar, o trabalho em equipe, não somente

quanto às decisões a serem executadas, mas quanto às discussões destas decisões, mantendo-se uma visão horizontalizada das relações de trabalho.

Esta visão se contrapõe à visão burocratizada de administração pública que, para avançar, necessita de alguns pontos fundamentais, de acordo com a deputada. Em primeiro lugar, é preciso que os gerentes da função pública tenham uma visão ampla e detalhada de toda a situação política nacional. Se o servidor não tiver uma visão de conjunto do papel do Estado e do conjunto das necessidades, ele brigará apenas por motivos corporativistas e por coisas específicas para si próprio. Esta desvinculação faz com que o papel do Estado não responda às questões que a Nação exige, de acordo com Irma, por isso, o processo de discussão e de amadurecimento da administração pública deve ser uma constante nas preocupações dos servidores públicos.

A concepção de que o funcionário deve “fechar” ideologicamente com o Estado (seu empregador), é muito prejudicial nesta discussão, de acordo com Irma. “Aí se consagra que a visão do papel do Estado é cumprir as ordens de quem está no poder. Em contraposição a esta tese, há a posição de que o papel do Estado é estar respondendo aos reais serviços públicos necessários”.

Por fim, a deputada petista propõe uma reflexão sobre o verdadeiro papel do Estado, da administração pública, e como eles são concebidos hoje. “Sem essa reflexão — diz ela — o RJU e o Plano de Carreira serão apenas instrumentos de discussão corporativista, como se interessassem apenas aos servidores públicos, quando devem interessar a toda a sociedade”. Como resultado desta reforma no RJU e DPC, deve vir a reforma administrativa, a qual, para Irma, deve vir acompanhada de uma consulta aos servidores públicos, ao Parlamento, e, tanto quanto possível, a sociedade brasileira.

O advogado José Francisco Siqueira Neto disse que o RJU e as DPCs são questões umbilicalmente ligadas ao papel do Estado, e que deve ser debatido com a sociedade brasileira. Este debate, segundo ele, deve elencar alguns pontos que estimularão a discussão. “A sociedade não participa, não está informada e não está fiscalizando a ação do Estado nas suas mais elementares atuações, e isto passa, inevitavelmente, pela relação de trabalho do servidor público”.

O representante da Comissão inter-entidades, Flávio Tomelli, apontou alguns pontos relativos aos projetos da comissão e do Governo. Discorreu sobre: a unificação do RJU — CLT ou Estatuto. A proposta da Comissão é de um termo

O Seminário sobre RJU e DPC caracterizou bem, através do depoimento da deputada Irma Passoni, a importância da participação do Movimento Docente nos debates, levando para a Comissão de Serviços Públicos da Câmara dos Deputados, diretrizes para o Plano de Carreira que explicitem melhor a realidade da categoria docente.

de contrato administrativo de trabalho, que traz como diferença, a limitação dos atos de exceção do Estado. O contrato administrativo, segundo Tomelli, também prevê a contrapartida financeira às alterações do serviço público.

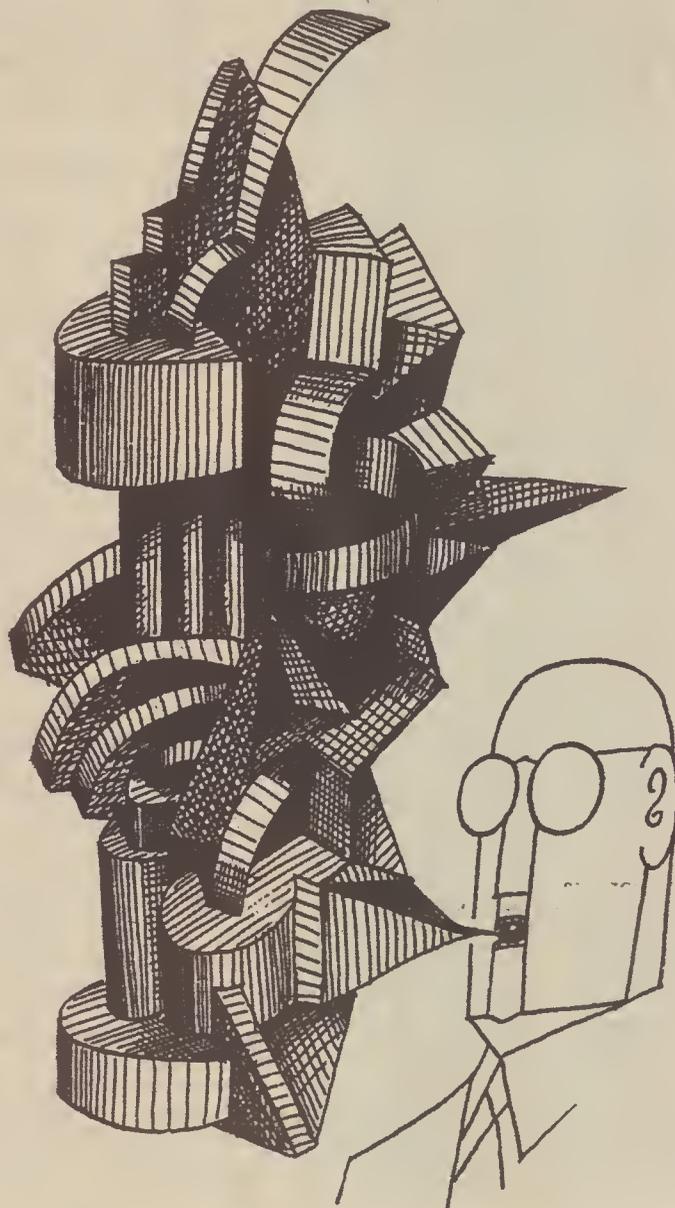
Quanto à relação sindical, a proposta do Governo, embora traga o direito à sindicalização, não avança em nenhum ponto além disto, concluiu Tomelli. A Comissão, por sua vez, apresentou proposta de negociação coletiva e a possibilidade de dissídio coletivo, junto à sindicalização. A proposta governamental, diz Tomelli, ainda entende o funcionalismo enquanto parte do Estado. Há, no entanto, uma questão fundamental quanto ao regime disciplinar: “como modernizar, quais são os deveres e quais as proibições? Como modernizar o processo disciplinar?”

Tomelli ainda falou sobre a seguridade, as contratações temporárias e as relações sindicais e de trabalho.

O diretor do Setor das Federais da

ANDES-SN, Vanderli Fava de Oliveira, entende que o RJU deve conter dispositivos que garantam, na sua plenitude, os direitos conquistados na Constituição. Na visão da ANDES-SN, o projeto do Governo cerceia estes direitos (de greve, sindicalização, negociação coletiva, etc).

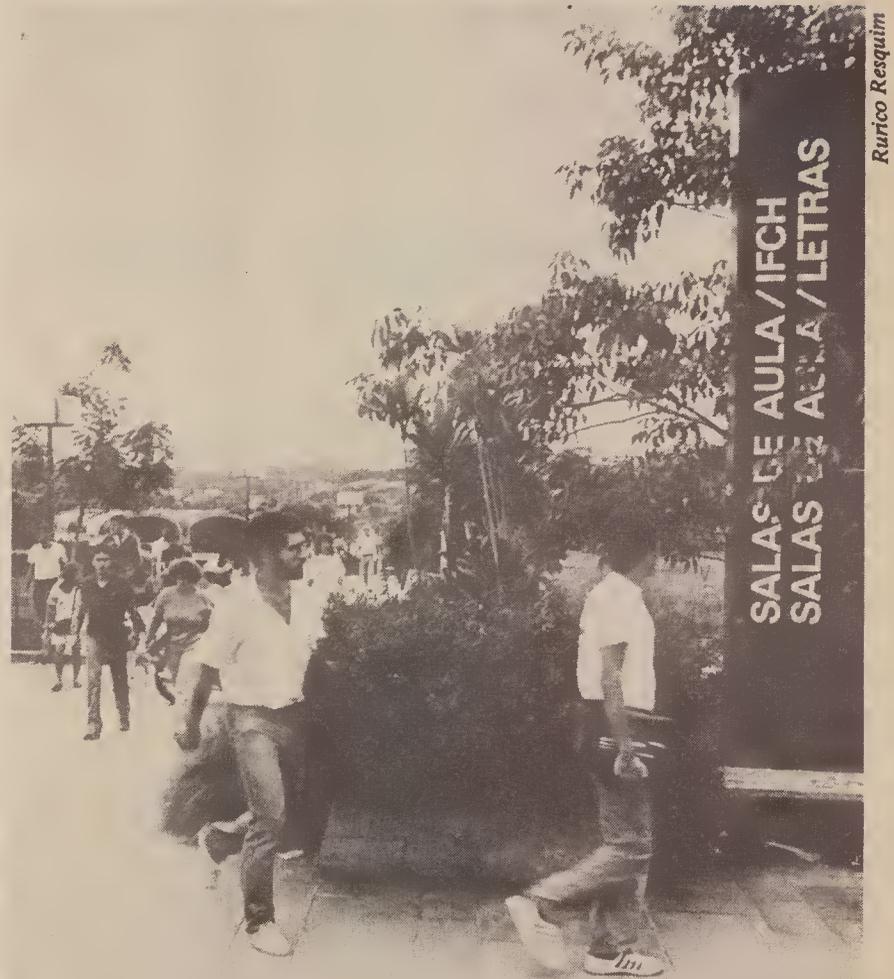
O FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é outra questão discutida. Há a possibilidade de sua extinção, conservação, de estendê-lo aos estatutários, ou ainda, de transformar os 8% destinados ao FGTS em aditivo ao salário. A posição da ANDES-SN é de manter o FGTS, embora em outros moldes do que os atuais, pois estes permitem falcaturas, não cumprindo com o verdadeiro objetivo social que deveriam ter. A hipótese de trocar a extinção do FGTS por aposentadoria não tem o apoio da ANDES-SN. Segundo Vanderlei, “não podemos barganhar direitos, pois direitos não se barganham, direitos a gente luta por eles”.



LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Alguns Comentários e o Estado da Questão

FÁBIO DE LIMA BECK - Pedagogo, professor da Faculdade de Agronomia/UFRGS, membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional da ADUFRGS.



Rurico Resquim

NOTA OFICIAL

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, que reúne entidades nacionais de caráter científico, estudantil e sindical e outras instituições da sociedade civil, empenhadas na construção de uma escola pública universal, democrática e de qualidade, vem denunciar a manobra dos setores conservadores, historicamente comprometidos com a escola privada, que tentam confundir a opinião pública quanto a questões centrais da nova legislação de ensino.

Nós, que lutamos pela escola pública, defendemos a idéia de que a melhoria da qualidade do ensino está diretamente relacionada à aplicação maciça e adequada dos recursos públicos na rede pública de ensino. Os falsos argumentos, de que esta posição é incompatível com o atual estágio da sociedade, ocultam as intenções privatizantes dos setores conservadores que auferem lucros extorsivos na exploração do ensino particular.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB vem expressar à sociedade brasileira seu reconhecimento do processo democrático da Comissão de Educação da Câmara Federal, do qual vêm participando dezenas de entidades educacionais e instituições da sociedade civil, bem como de órgãos governamentais, possibilitando uma nova forma de elaboração legislativa na história da educação brasileira. Reconhece, assim, que o Projeto Substitutivo do Deputado Jorge Hage representa um passo à frente neste processo democrático em andamento.

Os artigos críticos veiculados na imprensa a este projeto, representam a tentativa de esvaziar a riqueza deste debate, chegando a esboçar-se no Congresso Nacional proposta de emenda constitucional — liderada pela Deputada Sandra Cavalcanti — suprimindo a necessidade da própria LDB, como se a Constituição tivesse esgotado a questão. Conscientes de que a Constituição torna obsoleta a legislação em vigor e prevê a regulamentação em lei de diversos de seus artigos, é inadmissível escrevermos juntos — senadores, deputados, educadores e povo — uma LDB que consolide as conquistas constitucionais e viabilize a reconstrução da Escola Pública no Brasil.

ANDE — ANDES-SN — ANPAE — ANPEd — CBCE — CEDES — CGT — CNTE — CNTEEC — CONAM — CONARCFE — CONSED — CONTAG — CRUB — CUT — FASUBRA — FBAPEF — FENAJ — FENASE — FENOE — OAB — SBF — SBPC — UBES — UNDIME — UNE.

Existem pelo menos duas grandes razões que deveriam justificar nosso interesse pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ora em elaboração no Congresso Nacional: — o valor e a importância do momento histórico que vivemos, sob o ponto de vista político e suas determinações sobre a nova Lei, e — a oportunidade de constatar "ao vivo" que a proclamação da neutralidade dos textos legais não passa de uma abstração, pois elas são sempre expressões dos interesses em disputa na sociedade.

1. Um pouco de história.

A propósito da não neutralidade da Lei e de suas determinações, é conveniente lembrar aqui, mesmo que resumidamente, o surgimento de duas outras leis fundamentais na área educacional brasileira, sob o império das quais ainda nos encontramos, total ou parcialmente:

A Lei 4024 de 1961, a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, que tramitou pelo Congresso durante 13 anos (!) de 1948 a 1961. Ela esteve sujeita à toda sorte de determinações daquele período histórico, desde a disputa pela hegemonia política entre os principais partidos políticos de então, até as idas e vindas decorrentes da redemocratização do País, como resultado do fim da Segunda Guerra Mundial e do fim do Estado Novo. Foi naquela oportunidade que se expressou pela primeira vez ao nível de legislação formal, com toda a clareza, o conflito entre interesse público e interesse privado na educação, através do substitutivo 58 do então deputado Carlos Lacerda.

Para fins deste artigo, importa reter que nestes 13 anos, houve intensa participação da sociedade civil com todas as suas contradições, resultando um documento legal que é justamente a tentativa de acomodação e conciliação entre as correntes públicas e privatistas. Foi tal o esforço de conciliação realizado pelos legisladores, que a seu respeito declarou A.V. Pinto, citado por Saviani (1987): "É uma lei, com a qual ou sem a qual tudo continua tal e qual".

A segunda lei que cabe lembrar é a Lei 5.540, de 1968, também conhecida como Lei da Reforma Universitária, elaborada em período de intensa agitação e resistência estudantil contra a ditadura militar e seus projetos educacionais, sintetizados nos acordos MEC — USAID. Esta lei, ao contrário da anterior, sofreu as determinações características do período histórico representado pelo regime de exceção. Foi elaborada em trinta dias e votada em quarenta, com escassa participação do Congresso e praticamente nenhuma da sociedade. Neste caso, não houve tentativas de conciliação; pelo contrário, a Lei 5540/68 expressa com clareza os interesses políticos, econômicos, ideológicos e educacionais do modelo econômico dependente adotado pelo Governo militar e pelas classes dominantes.

Assim, a referência aos contextos de elaboração e definição destas duas leis nos ajuda a entender que a legislação educacional está longe de ser neutra e desinteressada. Ela é sempre fruto da correlação de forças do momento histórico em que é realizada.

2. A situação atual

Na mesma linha de reflexão, examinemos agora a Lei de Diretrizes e Bases que está sendo elaborada. Um primeiro aspecto a destacar, é o de estarmos vivendo justamente o momento da feita do texto, e com isso poderemos identificar quais as duas principais determinações. Um primeiro indicador de suas determinações pode ser visto na composição da comissão responsável pelo projeto na Câmara Federal. São 51 deputados, sendo: 21 do PMDB, 20 do PFL, 4 do PSDB, 3 do PDS, 3 do PDT, 3 do PTB, 2 do PT, 1 do PDC, 1 do PL, 1 do PC do B e 1 do PSB. Destes, entre 15 e 22 já comprometeram-se em acolher propostas de base popular, colocando-se, portanto já aí, um primeiro plano de disputa.

O primeiro projeto foi apresentado em 1988, por autoria do deputado Octávio Elíseo (PSDB-MG). Embora sendo o primeiro, já incorpora um grande número de temas que vinham sendo discutidos no meio educacional, caracterizando-se como um projeto representativo, mas com muitas contradições.

Na realidade, o mérito principal do projeto foi o de, ao ser apresentado à mesa diretora, garantir a inclusão do tema na pauta de votação do Congresso.

A este projeto sucederam dezenas de audiências públicas com entidades as mais variadas, entrevistas com personalidades de renome, e recebimento de propostas de projetos de lei completos ou parciais, totalizando, à época, mais de sessenta documentos. Nesta perspectiva, a ANDES — Sindicato Nacional também desenvolveu e encaminhou um projeto completo de LDB que, mesmo após ter sido entregue à Comissão, continua sendo avaliado, reformulado e discutido em vários foros regionais e nacionais.

Em agosto de 1989, quase um ano depois de iniciada as discussões em torno do projeto do deputado Octávio Elíseo, e já incorporando a maioria das propostas de reformulação encaminhadas, vem a público o primeiro substitutivo àquele, o do relator e vice-presidente da Comissão, deputado Jorge Hage.

Apesar de apresentar grande legitimidade, dado o processo democrático que lhe deu origem, do ponto de vista do movimento docente, o substitutivo Jorge Hage apresenta vários trechos que carecem de aperfeiçoamento. Os principais, são:

- composição desfavorável do Conselho Nacional de Educação;
- sistema de avaliação do ensino superior;
- destinação de verbas públicas ao ensino superior e centros de pesquisa privados;

- ausência de referência a incentivos e isenções fiscais;
- não ampliação das conquistas democráticas, acadêmicas e salariais às instituições de ensino com fins lucrativos;
- piso salarial nacional não unificado;
- formas de deliberação a respeito de mudanças estatutárias;
- estadalização das instituições de ensino superior;
- educação unitária não claramente definida;
- predomínio de representantes do Estado nos Conselhos Superiores;
- procedimentos administrativos-financeiros que levam a desvalorização do recurso público destinado à educação, etc.

No atual momento, o substitutivo está recebendo emendas a todos os seus artigos, possibilitando um novo e expressivo momento de participação da sociedade civil.

Embora com contradições e limitações, alguns aspectos progressistas do substitutivo Jorge Hage, têm gerado reações contrárias especialmente de setores mais conservadores como Conselho Federal de Educação, parte da igreja católica e jornais da grande imprensa, anunciando também aqui a reposição da velha disputa escola pública x escola privada ou democratização x elitização do sistema escolar.

Como em períodos anteriores em que as propostas de base popular e progressista estiveram ameaçadas, reconstituiu-se agora um "organismo" coletivo, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, constituído por 26 entidades comprometidas com a educação pública. A partir de agora, este Fórum passa a representar o espaço de aglutinação de forças para fazer chegar à Comissão de Educação, aos deputados e à população em geral, as propostas de cunho progressista e popular. De outro lado estarão certamente as forças interessadas na privatização e na perpetuação da escola como reprodutora da ordem imposta pela classe dominante.

Coincidência ou não, ao se repor o velho conflito surgem duas iniciativas que parecem ameaçar a dinâmica participativa até aqui assumida pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Elaboração de um projeto de LDB pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) e emenda constitucional da deputada Sandra Cavalcanti propondo a eliminação da LDB, tendo em vista a abrangência do capítulo Educação na nova Constituição.

A este respeito e à guisa de conclusão, apresentamos ao lado a nota oficial resultante da reunião do Fórum Nacional, dias 10 e 11 de outubro passado.

PLANO DE SAÚDE

Seguro

O seguro de automóvel oferecido pela ADUFRGS aos seus associados através da Nascimento Corretora de Seguros, acaba de ter mais uma cláusula incluída. Trata-se da "auto-reserva", que tem por objetivo incrementar o leque de vantagens que a apólice de automóvel já oferece.

A "auto-reserva" funciona da seguinte forma: uma vez contratado o seguro do automóvel, o associado pode optar pela inclusão da cobertura de auto-reserva, que lhe assegura, além do reparo aos danos ao veículo, uma indenização a cada dia que o veículo ficar paralisado na oficina em consequência de um dos riscos cobertos, como: incêndio e colisão de qualquer natureza, ou ainda o roubo do veículo. O seguro recebe as indenizações desta cobertura sem a necessidade de apresentar comprovantes à seguradora, podendo portanto usufruir desta modalidade para o pagamento da franquia.

Seguro de residência

Através da Nascimento Corretora de Seguros, a ADUFRGS está oferecendo aos seus associados convênio de Seguro Residencial. Este tipo de seguro tem a finalidade de garantir ao associado, cobertura exclusivamente em sua residência contra os danos ocasionados em consequência de incêndio, roubo, vendaval, alagamento e responsabilidade civil.

A taxa de apólice é de 0,25%, que é aplicada sobre a IMPORTÂNCIA SEGURADA DE INCÊNDIO. O limite de cobertura para ROUBO sempre ficará limitado a 6% da IMPORTÂNCIA SEGURADA DE INCÊNDIO. Exemplo: Importância Segurada de Incêndio de NCz\$ 300.000,00 x 0,25% = 750,00. A cobertura de Roubo será de 6% sobre NCz\$ 300.000,00, ou seja, NCz\$ 18.000,00.

As demais coberturas são nas seguintes percentagens: Incêndio - 100%; vendaval, furacão e similares - 10%; queda de aeronaves - 10%; impacto de veículos terrestres - 10%; perda de aluguel - 10%; despesas extraordinárias p/ mudança - 2%; alagamento - origem externa - 10%, origem interna - 1%. Responsabilidade Civil: danos ocasionados por pessoas ou animais: 100%; danos ocasionados pelo seu imóvel: 20%.

A Apólice poderá ser paga à vista ou em até 7 vezes em BTN Fiscal, via pagamento bancário. A comercialização, informação e atendimento de sinistros será efetuada pela Nascimento Corretora de Seguros. Telefone 24.9309.

Finalmente, ADUFRGS e HCPA assinam acordo

A ADUFRGS e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA assinaram um acordo que prevê o atendimento médico-ambulatorial e laboratorial dos associados e seus dependentes, através de consultas por telefone. Esta é a primeira fase do acordo, que terá um custo, por associado e cada dependente, de 2 (duas) BTN's por mês.

A adesão ao Plano é espontânea, o que significa que os interessados devem entrar em contato com a secretaria da ADUFRGS. A arrecadação será administrada independentemente das demais arrecadações da ADUFRGS, e será denominada de Plano de Saúde Interna UFRGS. Os primeiros fundos recolhidos propiciarão cálculos atuarias que, agregados aos entendimentos com os professores da Faculdade de Medicina e médicos assistentes do Hospital de Clínicas, permitirão:

- 1) a assinatura do acordo relativo à segunda fase e
- 2) a fixação da nova contribuição mensal

que garante a hospitalização e o atendimento médico em acomodação diferenciada, sem o menor custo.

A segunda fase do acordo já está sendo articulada e propiciará o atendimento cirúrgico-hospitalar em acomodação diferenciada.

Todo o professor associado à ADUFRGS e seus dependentes poderão fazer parte do acordo. Para utilizar este benefício, primeiramente o associado deve preencher a ficha de adesão abaixo, devolvendo a ADUFRGS. Em segundo lugar, o professor deverá preencher o formulário do HCPA "Boletim de Identificação", à disposição na sede da ADUFRGS, anexando cópia do documento utilizado (carteira de identidade, certidão de casamento ou de nascimento).

OBS: O referido formulário deverá ser preenchido também para os respectivos dependentes. Caso o professor ou seu dependente já possua carteira do HCPA, deverá preencher o formulário de recadas-

tramento, à disposição na sede da ADUFRGS.

As consultas deverão ser marcadas por telefone. O interessado deve ligar para a ADUFRGS entre 9 e 17 horas, de segunda a sexta-feira.

A reconsulta será marcada diretamente no Hospital, logo após a consulta ou, de posse do documento médico que encaminha a consulta posterior, encaminhar o pedido de reconsulta à ADUFRGS na sede da entidade.

Os exames serão marcados pelo próprio beneficiário, no Hospital, imediatamente após a consulta, com requisição do médico.

Para saber o dia e a hora da consulta, basta ligar para a ADUFRGS, no dia sugerido pela secretaria quando da solicitação.

Na primeira Fase, o custo por associado ou dependente será de 2 (duas) BTN's por pessoa, descontados na folha de pagamento.

NOME: _____
 UNIDADE: _____ DEPTO.: _____
 FONE: _____ EM SEU CONTRACHEQUE PROCURE COLEÇÃO-DC/CARGO:
 N: _____

NOME DOS DEPENDENTES

PARENTESCO

AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

Eu, _____ pelo presente autorizo a ADUFRGS, a efetuar o desconto em meu salário da quantia equivalente equivalente a 2 BTN's por pessoa cadastrada. Ass.: _____

NOVOS SÓCIOS

Professores da UFRGS, da Escola Técnica de Comércio e do Colégio Aplicação que ainda não se associaram à ADUFRGS, poderão encaminhar a proposta encartada nesta edição à Av. João Pessoa, 409, CEP 90.040 - Porto Alegre. Informações no local ou pelo telefone (0512) 26.2719.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 PROPOSTA DE SÓCIO

NOME: _____
 UNIDADE: _____ DEPARTAMENTO: _____
 CATEGORIA FUNCIONAL: _____
 ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____
 FONE: _____
 ENDEREÇO COMERCIAL: _____
 FONE: _____
 DATA: _____ ASSINATURA: _____

A Justiça não falha

Luis Antônio Guerreiro/Objetiva Press

O inquérito policial federal a que nove estudantes da UFRGS foram submetidos após terem invadido o Conselho Universitário, em agosto e setembro de 1988, foi arquivado em novembro último, a pedido do procurador da República, Jayme Eduardo Machado.

O inquérito foi instaurado por iniciativa do professor Gerhard Jacob, que então recém assumira o cargo de Reitor da UFRGS, nomeado pelo presidente da República. Inconformados com a nomeação aceita pelo professor, que quebrou um compromisso com a comunidade universitária, 300 estudantes invadiram a sala do CONSUN no dia da posse, mantendo retidos todos os presentes. O ato dos estudantes serviu para enquadrar pelo menos nove nos artigos 148 (Cárcere Privado) e 163 (Dano) do Código Penal. Publicamos, na íntegra, o parecer do procurador Jayme Eduardo Machado:

Como é do conhecimento público, objeto de ampla divulgação na imprensa do País, os estudantes da UFRGS, inconformados com a indicação do professor Gerhard Jacob para reitor daquela Universidade, praticaram excessos que tipificaríamos ilícitos passíveis de repressão penal, a teor do relatório da digna autoridade policial federal, bem como do circunstanciado inquérito cuja instauração resultou de solicitação do próprio reitor.

No processo eleitoral instalado no início do ano letivo de 1988, de que participaram os Conselhos Universitários, de Curadores e de Ensino e Pesquisa, órgãos superiores daquele estabelecimento - componentes do colégio eleitoral que elegeria o reitor - foi organizada uma lista sêxtupla dos professores candidatos. Embora informalmente - mas com o apoio ostensivo da Comunidade Universitária, ampla divulgação durante a campanha e manifestação expressa de todos os candidatos - ficou acertado que seria reitor o mais votado, em benefício de quem os demais abririam mãos de uma eventual preferência da Presidência da República. Foi a forma democrática encontrada para que prevalecesse a vontade soberana da maioria dos membros da Comunidade Universitária.

Proclamado o resultado, foi reconhecido vencedor o professor Alceu Ravello Ferrari, na época diretor da Faculdade de Educação. Submetida a lista à Presidência da República, mereceu indicação o professor Gerhard Jacob, então vice-reitor.

Todos os acontecimentos que se seguiram - noticiados nos autos do inquérito - foram ocasionados pela revolta dos estudantes diante da quebra do compromisso de honra publicamente assumido pelos candidatos.

Houve candentes manifestações cercadas de ampla publicidade pela reação dos estudantes ao que consideraram uma traição à palavra empenhada. Iniciou-se um movimento pacífico

de paralisação das atividades estudantis por dois dias, com o apoio da Associação dos Professores, e culminou com a invasão violenta do recinto em que, no dia 1º de setembro, pela primeira vez se reunia o Conselho Universitário com a presença do novo reitor. Suponham os estudantes que o ato se destinava a dar-lhe posse, ignorando que esta já fora formalizada em Brasília, dias antes, justamente para consumir o fato.

Narra o inquérito que a sala foi tomada por grande número de pessoas, por alguns estimado em trezentas. Sucederam-se palavras de ordem, discursos, ameaças e formação de cordão de isolamento em torno dos membros do Conselho Universitário. Exigiam a renúncia do empossado.

Após algumas horas de impasse, com os componentes do Conselho impossibilitados de prosseguir na reunião ou sair do local, um funcionário pediu a presença da Brigada Militar, cujo pelotão de choque arrombou as portas e, sem maiores dificuldades, resgatou o reitor e os demais membros do Conselho Universitário. Como os estudantes, apavorados, houvessem organizado barricadas com os móveis da sala na vã tentativa de conter o avanço dos policiais, houve danos na época estimados em trezentos e quinze mil e oitenta cruzados (velhos).

A autoridade policial federal que presidiu o extenso e trabalhoso inquérito, fartamente ilustrado com fotografias, depoimentos, e meticulosas perícias, concluiu pela indicação de nove estudantes universitários nos artigos 148 (cárcere privado) e 163 (dano), alguns c/c o art. 29, todos do Código Penal.

É inegável que alguns procedimentos beiraram os ilícitos penais. Quem sabe até se possa cogitar de conduta típica. Se não de todos, pelo menos de alguns mais exacerbados, cuja exaltação de ânimo acabou por contribuir para os lamentáveis acontecimentos que envergonharam a Comu-

nidade Universitária do Estado, tal o clima de desrespeito, desordem, tumulto e mesmo violência que se estabeleceu após a indicação do reitor. Mas não se poderá jamais desconsiderar que na origem de tudo estava a quebra do compromisso de empossar o mais votado.

Não seria o caso, nem é o propósito desta promoção, justificar os abusos - até porque são abusos - a pretexto do rompimento do acordo.

Mas só não compreenderá os excessos cometidos na juventude quem nunca apostou num ideal, já esqueceu que um dia foi jovem, ou não sabe que cada um vê as coisas com os olhos de sua idade.

Há, atualmente, um clima de convivência no âmbito daquela Universidade, que o próprio reitor admite estar acima da média das instituições semelhantes (fls. 340). Sua preservação interessa à Comunidade Universitária, ao Corpo Docente e ao Corpo Discente.

Os fatos imputados aos estudantes - e seriam apenas nove que serviriam de "bodes expiatórios" - não vestiram, pela forma, intensidade e conseqüências, gravidade que justifique tipificação nos ilícitos penais em que seriam enquadráveis. Quem sabe muito provavelmente, num juízo inobstante tecnicamente prematuro mas certamente razoável, a revolta dos universitários deva, se não ser justificada, ao menos merecer a compreensão da sociedade.

Jogados no esquecimento aqueles lamentáveis acontecimentos, perfeitamente integrados no convívio as partes envolvidas, e inexistindo reflexos lesivos que demandem a atuação do Estado através da persecução criminal, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL não vê justa causa para a instauração da ação penal contra os indicados, requerendo conseqüentemente o arquivamento do inquérito".

Nova diretoria

Dias 10 e 11 de outubro/89, a ADUFRGS elegeu, em chapa única, a nova Diretoria para a gestão 89/91.

A chapa ADUFRGS AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA vai consolidar o trabalho da gestão anterior, no qual destacam-se a defesa de uma universidade pública, gratuita, laica, autêntica e de qualidade, a reformulação dos Estatutos da UFRGS e a concretização do Plano de Saúde com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, além de lutar contra o corporativismo, desencadeando uma análise crítica do papel do movimento docente.

Os componentes da nova diretoria são:

SÉRGIO NICOLAIEWSKY (Agronomia), presidente;

LEDA CARMEN WULFF GOBETTI (Engenharia), 1ª vice-presidente;

JOACIR THADEU NASCIMENTO MEDEIROS (Física), 2ª vice-presidente;

ANA MARIA E SOUZA BRAGA (Veterinária), 1ª secretária;

MARIA ADÉLIA PINHAL DE CARLOS (Col. Aplicação), 2ª secretária;

TIAGO J. MARTINS SIMÕES (Física), 1º tesoureiro;

RONALDO BORDIN (Medicina), 2º tesoureiro;

FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO (Odontologia), 1º suplente;

MÁRIO GENEROSI BRAUNER (ESEF), 2º suplente.

Conselheiro - elo de ligação

O Conselho de Representantes da ADUFRGS escolheu seu presidente, dia 21 de novembro passado, e criou a função de vice-presidente. A presidente é a professora Jandyra M. Guimarães Fachel, professora Titular do Instituto de Matemática. O vice é o professor Jorge Ricardo Ducatti, do Instituto de Física.

O Conselho de Representantes é eleito pelos associados em cada unidade, sendo um titular e tantos suplentes quantos forem os departamentos. O conselheiro passa a ser o elemento de transmissão dos problemas das bases para a Diretoria da Associação, sendo um elo de ligação entre as partes na busca de soluções.

A participação do Conselheiro na entidade se baseia fundamentalmente, em suprir a necessidade do retorno das bases à entidade, diante das suas propostas, apresentadas via Jornal, Boletim ou Painel Mural.

A ADUFRGS chama a atenção das Unidades que ainda não escolheram seus representantes para que o façam, visto a importância da atuação do Conselho nas discussões e definições do movimento docente. Ainda não elegeram seus conselheiros a Economia, o Direito, a Educação, o Projeto Prelúdio, o Instituto de Geociências, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e a Farmácia.